



RELATÓRIO E CONTAS

EXERCÍCIO DE 2012

www.europ-assistance.com



*I progress,
you are there*



I wander, you shelter



I travel, you follow



*I move,
you protect*

 **europ
assistance**
you live *we care*

RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Accionistas,

Nos termos da Lei, o Conselho de Administração tem a honra de submeter à apreciação de V. Ex^{as} o Relatório de Gestão e as Contas da Europ Assistance – Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., respeitantes ao exercício de 2012.

1- ENVOLVENTE EXTERNA

O ano de 2012 decorreu num contexto de continuação do processo de ajustamento da economia portuguesa, enquadrado pelo programa de assistência económica e financeira. Observou-se uma deterioração da economia portuguesa, caracterizada por uma forte quebra do produto e por um significativo aumento do desemprego. Observaram-se alguns progressos no processo de ajustamento, designadamente ao nível do reequilíbrio do saldo da balança corrente e de capitais, com um crescimento das exportações e uma forte redução das importações. A percepção de risco dos investidores internacionais relativamente à economia portuguesa mostrou alguns sinais de melhoria.

Em 2012 o Produto Interno Bruto (PIB) deverá ter registado uma queda de 3 por cento (que compara com uma queda de 0,5 por cento na zona euro), após uma diminuição de 1,7 por cento no ano anterior, resultado de um contributo muito negativo da procura interna e apesar de um assinalável contributo positivo das exportações. A taxa de inflação terá atingido os 2,8 por cento, condicionada principalmente pelo impacto do aumento das taxas de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) aplicáveis a alguns produtos e pelo aumento do preço de alguns bens e serviços sujeitos a regulação.

A actividade seguradora, nos Ramos Não Vida, apresentou uma quebra da produção de seguro directo, na ordem de 2,3 por cento, sendo que no Ramo Automóvel, aquele que tem um maior impacto directo na actividade da Europ Assistance, se verificou um decréscimo de 5,4 por cento.

O mercado automóvel em Portugal voltou a registar um decréscimo significativo, na ordem dos 40 por cento, resultado do agravamento das condições económicas do país. No ano de 2012 foram vendidos 113.411 veículos novos, o que significa que o mercado automóvel registou o pior ano de vendas desde 1985.

2- SÍNTESE DA ACTIVIDADE

Após um período de intenso crescimento, tendo duplicado a sua produção de 2008 para 2011, a Europ Assistance em 2012 consolidou o patamar de actividade alcançado, com o registo de 52,4 milhões de euros de prémios brutos emitidos, ou seja, um ligeiro decréscimo de 1,4 por cento.

Esta performance permitiu a manutenção da liderança do mercado de assistência em Portugal, que havia sido conquistada no ano anterior, cumprindo assim o objectivo traçado para o exercício que agora terminou.

Com efeito, a base de clientes conquistada ao longo destes anos foi preservada através de um permanente e intenso trabalho de acompanhamento e de procura das melhores soluções para atender às necessidades sentidas pelos clientes. Procurou-se diversificar a oferta, através de produtos inovadores e da aposta em desenvolver linhas de negócio diversas do automóvel, como a saúde e lar & família.

No exercício de 2012 verifica-se um ligeiro decréscimo do rácio de sinistralidade que, de 81,9 por cento em 2011, passa para 79,4 por cento em 2012. Foram abertos mais de 906 mil processos de assistência, dos quais cerca de 430 mil com custo externo associado. A nossa central de atendimento telefónico recebeu mais de 1,9 milhões de chamadas.

Ao nível dos custos e gastos de exploração foi feito um enorme esforço de contenção e optimização de recursos, que permitiu a obtenção de importantes poupanças e redução de gastos.

Os mercados financeiros viveram mais um ano de elevada volatilidade resultante de flutuações consideráveis na aversão ao risco que decorrem da crise da dívida soberana na área do euro. É de realçar, no entanto, a decisão do Conselho Europeu do final de Julho no sentido de criar uma União Bancária e a declaração de disponibilidade do BCE para realizar as intervenções necessária à preservação do euro.

No exercício de 2012 a política de investimentos adoptada pela Europ Assistance caracterizou-se por uma abordagem cautelosa, procurando aproveitar as oportunidades de obter rentabilidades interessantes no mercado de dívida mas sempre com uma cuidada avaliação do risco associado aos activos. Ao longo de 2012 não houve qualquer exposição a acções, apenas nos últimos dias se tomou uma posição de cerca de 6 por cento, através da aquisição de unidades de participação em fundos, com a perspectiva de aproveitar o sentimento positivo para o início de 2013 relativamente a este tipo de activos. A posição em títulos de dívida pública e equiparados é de 33 por cento da carteira total, com predominância de dívida alemã (cerca de 14 por cento) e sem exposição a dívida portuguesa. A carteira de investimentos apresenta uma notação média de rating “A” e uma exposição cambial a moedas distintas do euro, no caso apenas dólares americanos, de 9 por cento. No final do exercício, o peso total de aplicações em entidades portuguesas representa aproximadamente 5 por cento da carteira de investimentos. O resultado financeiro regista uma significativa melhoria face ao exercício anterior.

Os investimentos financeiros encontram-se classificados da seguinte forma:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Investimentos em filiais e empreendimentos conjuntos	3.649.750	3.649.750
Activos financeiros ao justo valor através de ganhos e perdas	-	855.998
Activos disponíveis para venda	33.513.650	23.374.694
Empréstimos e contas a receber	2.162.950	2.625.906
	<u>39.326.350</u>	<u>30.506.348</u>

Os investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos referem-se a partes de capital em empresas filiais, concretamente, na Europ Assistance – Serviços de Assistência

Personalizados, S.A. e na Ponte Alta, SGPS, Unipessoal, Lda., sociedade que detém as participações em entidades do Brasil, Argentina e Chile.

Os activos financeiros classificados como disponíveis para venda detalham-se conforme segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Acções		
. Cotadas	-	15.004
Obrigações		
. Cotadas	29.350.452	22.527.891
Unidades de participação		
. Cotadas	3.273.878	-
. Não cotadas	889.320	831.799
	<u>33.513.650</u>	<u>23.374.694</u>

O quadro de colaboradores foi gradualmente adaptado à evolução do nível de actividade da empresa. Registou-se um crescimento de 7,7 por cento no número médio de trabalhadores (335 em 2012 e 311 em 2011), mas observa-se um decréscimo de 3,5 por cento quando comparado o quadro de trabalhadores no final do exercício (327 em 2012 e 339 em 2011).

O exercício encerrou com um resultado líquido de 2.797 milhares de euros, o que representa um crescimento homólogo superior a 60 por cento.

3- PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS E FACTOS RELEVANTES

O facto de maior relevância na actividade da Europ Assistance em 2012 foi ter conseguido manter o nível de produção, conservando a liderança no mercado de assistência em Portugal, com melhoria dos níveis de rentabilidade. Esta performance é tanto mais de realçar quanto foi obtida num contexto económico extraordinariamente adverso. O Conselho de Administração felicita todos os colaboradores que, com o seu profissionalismo e dedicação, deram um contributo decisivo para os resultados alcançados.

A nível internacional é de realçar a excelente performance da empresa Brasileira, que prosseguiu a sua trajectória de crescimento e encerra o ano com um volume de negócios de cerca de 387 milhões de reais (154 milhões de euros) e um resultado líquido de 15 milhões de reais (6 milhões de euros).

A empresa Argentina volta a reforçar a sua quota de mercado, apresentando um crescimento considerável, que se traduziu num volume de negócios de 92 milhões de pesos argentinos (15 milhões de euros) e num resultado líquido de 1,7 milhões de pesos argentinos (300 mil euros).

Por sua vez, a associada Chilena inverte o ciclo de perdas dos últimos anos, obtendo resultados positivos e alcançando um volume de negócios superior a 5 milhões de euros.

4- PERSPECTIVAS PARA 2013

Para 2013 as perspectivas para a economia portuguesa continuam a ser marcadas pelo processo de ajustamento dos desequilíbrios macroeconómicos estruturais, nomeadamente pelo impacto imediato das medidas de consolidação orçamental incluídas no Orçamento de Estado para 2013. As projecções apontam para uma contracção de 1,9 por cento do PIB em 2013, consequência da evolução negativa da procura interna e do crescimento nulo da procura externa, e a taxa de inflação deverá cifrar-se em cerca de 1 por cento. A evolução das exportações continuará a contribuir para a mitigação do impacto da redução da procura interna sobre a actividade económica e as importações devem voltar a contrair em 2013.

O mercado de assistência em Portugal continua muito dinâmico, com a coexistência de operadores pertencentes a grupos internacionais e de operadores de base nacional, muito direccionados para ganhos de quota através de preço, com a consequente pressão sobre a rentabilidade que este tipo de posicionamento provoca.

Antevendo-se mais um ano de difícil conjuntura económica em Portugal, a Administração da Europ Assistance tem plena convicção de que a empresa irá em 2013 manter a liderança do mercado de assistência, prosseguindo com uma estratégia comercial realista, apostada em solidificar a sua base actual de clientes e em aproveitar eventuais oportunidades que possam surgir. Será de grande importância prosseguir com a política de racionalização de recursos,

procurando otimizar processos, aproveitando a capacidade tecnológica disponível e apostando fortemente na inovação.

Nos termos e para efeitos do D.L. n.º 411/91 de 17 de Outubro, o Conselho de Administração declara que a sociedade não tem dívidas vencidas perante a Segurança Social.

O Conselho de Administração propõe aos Senhores Accionistas a seguinte aplicação do resultado líquido de € 2.797.474,97:

• Reserva legal	€ 279.747,50
• Dividendos	€ 2.500.000,00
• Resultados transitados	€ 17.727,47

Lisboa, 4 de Fevereiro de 2013

O Conselho de Administração:

Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha

Martin Vial

José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva

Manrico Iachia

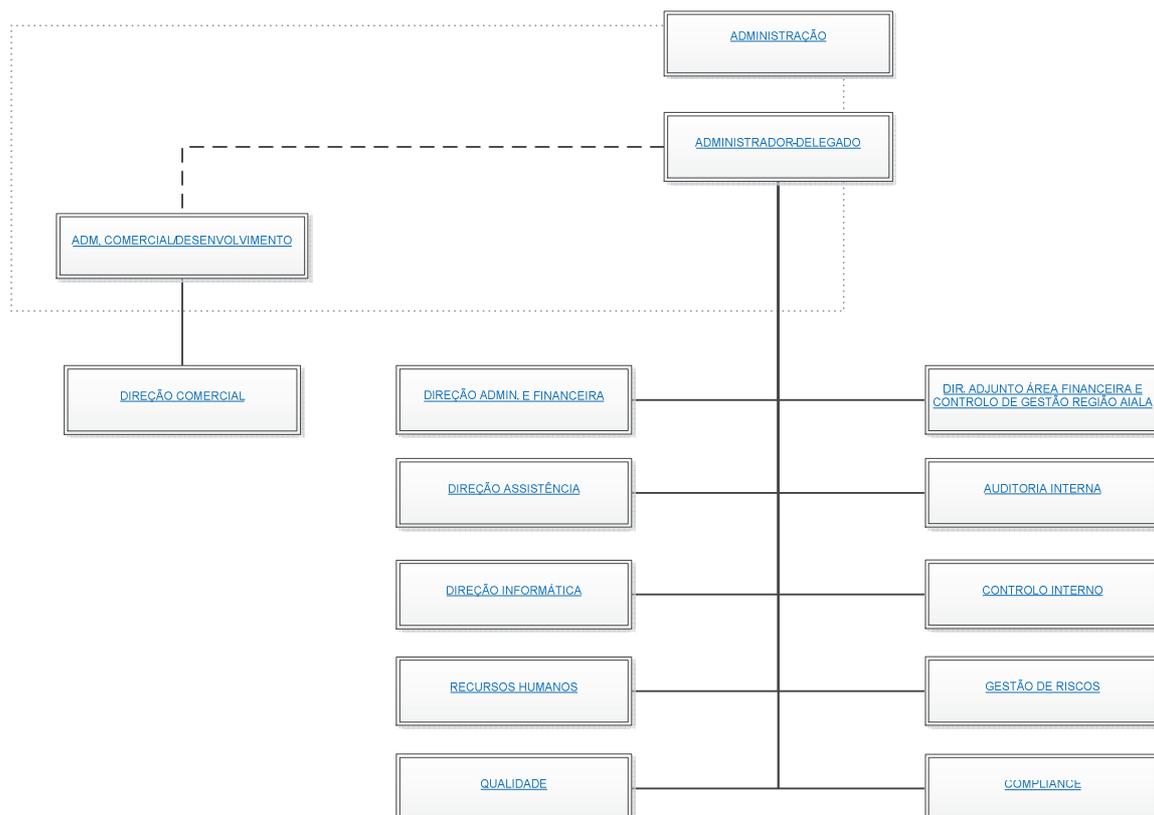
Carlos Manuel Espírito Santo Beirão da Veiga

Odile Collignon

RELATÓRIO SOBRE A ESTRUTURA E AS PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO

A estrutura orgânica de administração e fiscalização adoptada pela Europ Assistance baseia-se no Modelo Latino e compreende o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas.

O Conselho de Administração é composto actualmente por 6 membros, dos quais 2 são Administradores Executivos e nenhum é Administrador Independente, sendo eleito por períodos de 4 anos e apresentando a seguinte organização:



O Conselho Fiscal e o Revisor Oficial de Contas são eleitos por períodos de 4 anos, sendo o Conselho Fiscal composto por 3 membros efectivos e um suplente, todos independentes.

POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS **DOS ORGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E DE FISCALIZAÇÃO**

I – POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DO ORGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

A – MEMBROS EXECUTIVOS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

1 - PROCESSO DE ELABORAÇÃO DA POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO

Na definição do valor da retribuição dos Administradores Executivos são consideradas as regras internacionais do Grupo Europ Assistance, os valores de retribuição praticados em Companhias de dimensão e actividade similares, bem como as responsabilidades e o grau de compromisso inerentes ao cargo, por forma a:

- Garantir que o pacote de retribuições seja competitivo face a entidades comparáveis quer a nível nacional quer internacional.
- Incentivar a criação de valor para os accionistas, de forma sustentada ao longo do tempo.

2 - ESTRUTURA DA REMUNERAÇÃO

2.1. Valor fixo

Os Administradores Executivos têm direito a receber um valor fixo mensal (pago 14 vezes/ano), em função do cargo que desempenham.

2.2. Retribuição variável (anual)

Uma parte da remuneração é variável, a fim de potenciar o seu compromisso com a Companhia e motivar o seu desempenho.

A retribuição variável anual está vinculada ao cumprimento de objectivos de negócio concretos, quantificáveis e alinhados com o interesse da Companhia que incidem na criação de valor, assim como, à avaliação do desempenho individual. Os objectivos são ajustados anualmente às prioridades estratégicas do negócio.

O valor da retribuição variável (potencial máximo) é fixado anualmente, e não deverá representar relativamente à remuneração anual total, mais do que 50% no caso do Administrador-Delegado, e do que 40% para os demais Administradores Executivos.

A retribuição variável é composta por duas parcelas:

- 70% do valor potencial - desde que se registre um bom desempenho económico/financeiro da Companhia e que se atinja a generalidade dos objectivos estratégicos estabelecidos pelos accionistas.

- 30% do valor potencial - a ser determinado de acordo com as regras internacionais do Grupo Europ Assistance no que respeita a objectivos quantitativos (65%) e qualitativos (na qual se inclui a apreciação do desempenho individual) (35%) respeitantes à sociedade portuguesa e às empresas por esta controladas na América Latina.

Serão considerados como referência para cálculo da retribuição variável os seguintes parâmetros:

- O cumprimento dos objectivos previamente estabelecidos a nível da Companhia.
- A avaliação do desempenho individual, conforme as funções e objectivos estabelecidos.
- A análise e a avaliação de outros elementos e circunstâncias qualitativas, vinculadas ao desenvolvimento das funções e competências individuais de cada cargo.

A determinação individual da componente variável da retribuição depende de avaliação do desempenho realizada:

- no caso do Administrador-Delegado: pelo Presidente e Vice-Presidente do Conselho de Administração;
- no caso dos Administradores Executivos: pelo Administrador-Delegado, com homologação do Presidente do Conselho de Administração;

O valor da remuneração - componente fixa e componente variável (potencial máximo) é fixado, anualmente, pelo Presidente do Conselho de Administração.

2.3. Retribuição variável a médio e longo prazo e Diferimento

Não se encontra estabelecido qualquer plano.

Esta opção baseia-se no facto de, na sua actividade, a Companhia assumir riscos de muito curto prazo e a atribuição de retribuição variável ser definida e aprovada anualmente pelos accionistas sendo sustentada em critérios de rigor e de prudência.

2.4. Benefícios

Os Administradores Executivos têm direito a seguro de Saúde, seguro de Vida, seguro de Acidentes Pessoais e Fundo de Pensões.

B – MEMBROS NÃO EXECUTIVOS DO ORGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

Aos membros não executivos do Conselho de Administração não é atribuída qualquer remuneração regular, ou benefício complementar.

C – INDEMNIZAÇÃO EM CASO DE DESTITUIÇÃO

Em caso de destituição de um administrador, sem justa causa, a indemnização a pagar rege-se pelo disposto no Código das Sociedades Comerciais, sem prejuízo de o Administrador poder retomar o posto de trabalho anterior.

II. POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ORGÃOS DE FISCALIZAÇÃO

O conselho fiscal é composto por 3 membros efectivos (Presidente e dois vogais) e um suplente.

A remuneração anual do conselho fiscal é fixada pela assembleia-geral e será diferenciada de acordo com o respectivo cargo.

A remuneração anual do Revisor Oficial de Contas será estabelecida e revista anualmente.

Lisboa, 4 de Fevereiro de 2013

O Conselho de Administração:

Pedro Guilherme Beauvillain de Brito e Cunha

Martin Vial

José Manuel Pinheiro Espírito Santo Silva

Manrico Iachia

Carlos Manuel Espírito Santo Beirão da Veiga

Odile Collignon

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Valores expressos em Euros)

Notas do anexo	ACTIVO	2012			2011
		Valor bruto	Imparidade, depreciações / amortizações ou ajustamentos	Valor Líquido	
2 e 17	Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	3.011.276	-	3.011.276	4.547.165
2 e 18	Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	3.649.750	-	3.649.750	3.649.750
	Activos financeiros detidos para negociação	-	-	-	-
2, 3 e 19	Activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	-	-	-	855.998
	Derivados de cobertura	-	-	-	-
2, 3 e 20	Activos disponíveis para venda	33.513.650	-	33.513.650	23.374.694
2 e 21	Empréstimos e contas a receber	2.162.950	-	2.162.950	2.625.906
	Depósitos junto de empresas cedentes	2.162.950	-	2.162.950	2.625.906
	Outros depósitos	-	-	-	-
	Empréstimos concedidos	-	-	-	-
	Contas a receber	-	-	-	-
	Outros	-	-	-	-
	Investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-
	Terrenos e edifícios	-	-	-	-
	Terrenos e edifícios de uso próprio	-	-	-	-
	Terrenos e edifícios de rendimento	-	-	-	-
2 e 22	Outros activos tangíveis	4.231.221	3.382.196	849.025	1.018.672
	Inventários	-	-	-	-
	Goodwill	-	-	-	-
2, 23 e 36	Outros activos intangíveis	894.012	809.708	84.304	126.085
2, 3 e 24	Provisões técnicas de resseguro cedido	477.027	-	477.027	690.996
	Provisão para prémios não adquiridos	436.940	-	436.940	615.352
	Provisão matemática do ramo vida	-	-	-	-
	Provisão para sinistros	40.087	-	40.087	75.644
	Provisão para participação nos resultados	-	-	-	-
	Provisão para compromissos de taxa	-	-	-	-
	Provisão para estabilização de carteira	-	-	-	-
	Outras provisões técnicas	-	-	-	-
	Activos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	-	-	-	-
2, 15, 25 e 31	Outros devedores por operações de seguros e outras operações	6.211.993	178.251	6.033.742	7.535.678
	Contas a receber por operações de seguro directo	1.004.754	168.200	836.553	1.222.382
	Contas a receber por outras operações de resseguro	4.228.500	-	4.228.500	4.991.146
	Contas a receber por outras operações	978.739	10.051	968.689	1.322.150
2, 3 e 26	Activos por impostos	153.018	-	153.018	494.963
	Activos por impostos correntes	12.635	-	12.635	12.212
	Activos por impostos diferidos	140.383	-	140.383	482.751
2 e 27	Acréscimos e diferimentos	118.019	-	118.019	160.295
	Outros elementos do activo	-	-	-	-
	Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	-	-	-
	TOTAL ACTIVO	54.422.914	4.370.154	50.052.760	45.080.201

As Notas Explicativas fazem parte integrante destas Demonstrações.

Técnico Oficial de Contas

Administração

Notas do anexo	PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	2012	2011
	PASSIVO		
2, 3 e 24	Provisões técnicas	28.246.812	25.636.619
	Provisão para prémios não adquiridos	19.594.073	18.701.049
	Provisão matemática do ramo vida	-	-
	Provisão para sinistros	8.397.657	6.634.366
	De vida	-	-
	De acidentes de trabalho	-	-
	De outros ramos	8.397.657	6.634.366
	Provisão para participação nos resultados	255.083	301.204
	Provisão para compromissos de taxa	-	-
	Provisão para estabilização de carteira	-	-
	Provisão para desvios de sinistralidade	-	-
	Provisão para riscos em curso	-	-
	Outras provisões técnicas	-	-
	Passivos financeiros da componente de depósito de contratos de seguros e de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento	-	-
	Outros passivos financeiros	-	-
	Derivados de cobertura	-	-
	Passivos subordinados	-	-
	Depósitos recebidos de resseguradores	-	-
	Outros	-	-
2 e 29	Passivos por benefícios pós-emprego e outros benefícios de longo prazo	280.810	-
2 e 30	Outros credores por operações de seguros e outras operações	2.280.263	2.721.924
	Contas a pagar por operações de seguro directo	133.349	28.372
	Contas a pagar por outras operações de resseguro	1.777	11.412
	Contas a pagar por outras operações	2.145.137	2.682.140
2, 3 e 26	Passivos por impostos	1.772.945	1.426.847
	Passivos por impostos correntes	1.423.967	1.388.799
	Passivos por impostos diferidos	348.978	38.048
2 e 27	Acréscimos e diferimentos	2.466.957	2.955.038
2 e 31	Outras Provisões	-	238.243
	Outros Passivos	-	-
	Passivos de um grupo para alienação classificado como detido para venda	-	-
	TOTAL PASSIVO	35.047.787	32.978.671
	CAPITAL PRÓPRIO		
2, 32 e 35	Capital	7.500.000	7.500.000
	(Acções Próprias)	-	-
	Outros instrumentos de capital	3.000.000	3.000.000
2 e 32	Reservas de reavaliação	1.316.897	(323.876)
	Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros	1.316.897	(323.876)
	Por revalorização de terrenos e edifícios de uso próprio	-	-
	Por revalorização de activos intangíveis	-	-
	Por revalorização de outros activos tangíveis	-	-
	Por ajustamentos no justo valor de instrumentos de cobertura em coberturas de fluxos de caixa	-	-
	Por ajustamentos no justo valor de cobertura de investimentos líquidos em moeda estrangeira	-	-
	De diferenças de câmbio	-	-
2 e 32	Reserva por impostos diferidos	(348.978)	85.827
2 e 32	Outras reservas	667.740	496.220
2 e 32	Resultados transitados	71.838	(371.850)
	Resultado do exercício	2.797.475	1.715.209
	TOTAL CAPITAL PRÓPRIO	15.004.973	12.101.530
	TOTAL PASSIVO E CAPITAL PRÓPRIO	50.052.760	45.080.201

As Notas Explicativas fazem parte integrante destas Demonstrações.

Notas do anexo	Conta de Ganhos e Perdas	2012			2011
		Técnica Não-Vida	Não Técnica	Total	
	Prémios adquiridos líquidos de resseguro	51.225.712		51.225.712	50.336.790
2,3,4 e 5	Prémios brutos emitidos	52.395.588		52.395.588	53.144.278
2,4 e 5	Prémios de resseguro cedido	319		319	(2.974)
2, 3, 5 e 24	Provisão para prémios não adquiridos (variação)	(991.783)		(991.783)	(2.502.773)
2, 3, 5 e 24	Provisão para prémios não adquiridos, parte resseguradores (variação)	(178.412)		(178.412)	(301.741)
	Comissões de contratos de seguro e operações considerados para efeitos contabilísticos como contratos de investimento ou como contratos de prestação de serviços	-		-	-
	Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(40.674.383)		(40.674.383)	(41.221.114)
2, 4 e 6	Montantes pagos	(38.875.536)		(38.875.536)	(40.299.738)
	Montantes brutos	(39.026.450)		(39.026.450)	(40.505.305)
	Parte dos resseguradores	150.914		150.914	205.567
2, 3 e 24	Provisão para sinistros (variação)	(1.798.848)		(1.798.848)	(921.376)
	Montante bruto	(1.763.290)		(1.763.290)	(956.918)
	Parte dos resseguradores	(35.558)		(35.558)	35.542
	Outras provisões técnicas, líquidas de resseguro	-		-	-
	Provisão matemática do ramo vida, líquida de resseguro				
	Montante bruto	-		-	-
	Parte dos resseguradores	-		-	-
2, 3, 7 e 24	Participação nos resultados, líquida de resseguro	(158.375)		(158.375)	(274.247)
2, 3, 4, 8 e 9	Custos e gastos de exploração líquidos	(8.056.060)		(8.056.060)	(8.457.651)
	Custos de aquisição	(4.100.258)		(4.100.258)	(4.112.249)
	Custos de aquisição diferidos (variação)	98.759		98.759	468.992
	Gastos administrativos	(4.054.562)		(4.054.562)	(4.814.394)
	Comissões e participação nos resultados de resseguro	-		-	-
2, 4 e 10	Rendimentos	689.950	272.595	962.545	882.144
	De juros de activos financ. não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	689.950	77.790	767.740	710.832
	De juros de passivos financ. não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-
	Outros	-	194.805	194.805	171.312
2, 4 e 11	Gastos financeiros	(181.094)		(181.094)	(142.908)
	De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-
	De juros de passivos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas	-	-	-	-
	Outros	(181.094)	-	(181.094)	(142.908)
2, 4 e 12	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	189.554		189.554	(307.546)
	De activos disponíveis para venda	189.554	-	189.554	(307.546)
	De empréstimos e contas a receber	-	-	-	-
	De investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-
	De passivos financeiros valorizados a custo amortizado	-	-	-	-
	De outros	-	-	-	-
2, 4 e 13	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através ganhos e perdas	18.729		18.729	51.005
	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros detidos para negociação	-	-	-	14.268
	Ganhos líquidos de activos e passivos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	18.729	-	18.729	36.737
	Diferenças de câmbio	(72.599)	-	(72.599)	106.841
	Ganhos líquidos pela venda de activos não financeiros que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais descontinuadas	-	-	-	-
	Perdas de imparidade (líquidas reversão)				
	De activos disponíveis para venda	-	-	-	-
	De empréstimos e contas a receber valorizados a custo amortizado	-	-	-	-
	De investimentos a deter até à maturidade	-	-	-	-
	De outros	-	-	-	-
	Outros rendimentos/gastos técnicos, líquidos de resseguro	223.947		223.947	-
2 e 15	Outras provisões (variação)	(102.638)	(18.752)	(121.390)	26.807
2 e 16	Outros rendimentos/gastos	-	959.006	959.006	1.460.923
	Goodwill negativo reconhecido imediatamente em ganhos e perdas	-	-	-	-
	Ganhos e perdas de associadas e empreendimentos conjuntos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial	-	-	-	-
	Ganhos e perdas de activos não correntes (ou grupos para alienação) classificados como detidos para venda	-	-	-	-
	RESULTADO LÍQUIDO ANTES DE IMPOSTOS	3.102.742	1.212.849	4.315.591	2.461.043
2, 3 e 26	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos correntes	(950.322)	(349.300)	(1.299.622)	(946.017)
2, 3 e 26	Imposto sobre o rendimento do exercício - Impostos diferidos	-	(218.493)	(218.493)	200.182
	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	2.152.420	645.055	2.797.475	1.715.209

As Notas Explicativas fazem parte integrante destas Demonstrações.

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO

(Valores expressos em Euros)

Notas do anexo	Demonstração de Variações do Capital Próprio	Outros instrumentos de capital			Reservas de Reavaliação		Outras reservas		Resultado do exercício	TOTAL
		Instrumentos financeiros compostos	Prestações suplementares	Outros	Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	Reserva por impostos diferidos	Reserva legal	Outras reservas		
	Balanco a 31 de Dezembro de 2011 (balanco de abertura)	7.500.000	3.000.000	-	(323.876)	85.827	496.220	(371.850)	1.715.209	12.101.530
	Correções de erros (IAS 8)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
32	Balanco de abertura alterado	7.500.000	3.000.000	-	(323.876)	85.827	496.220	(371.850)	1.715.209	12.101.530
	Aumentos de reservas por aplicação de resultados (1)	-	-	-	-	-	171.521	443.688	(615.209)	-
32	Resultado liquido do periodo (2)	-	-	-	-	-	-	-	2.797.475	2.797.475
	Outro rendimento integral do periodo, liquido de imposto (3)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ganhos liquidos por ajustamentos no justo valor de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ganhos liquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	1.640.773	(434.805)	-	-	-	1.205.968
2 e 12	Ganhos liquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edificios de uso próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ganhos liquidos por ajustamentos por revalorizações de activos intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ganhos liquidos por ajustamentos por revalorizações de outros activos tangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ganhos liquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura em cobertura de fluxos de caixa estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Ganhos liquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura de investimentos liquidos em moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2 e 14	Ganhos liquidos por diferenças por taxa de câmbio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Diferimento de ganhos e perdas actuariais (IAS 19)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2 e 9	Outros ganhos/ perdas reconhecidos directamente no capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total de rendimento integral do periodo, liquido de imposto (4) = (2)+ (3)	-	-	-	1.640.773	(434.805)	-	-	2.797.475	4.003.443
	Operações com detentores de capital (5)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Reembolso de prestações suplementares	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Transacção de acções próprias	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Distribuição de reservas	-	-	-	-	-	-	-	(1.100.000)	(1.100.000)
32	Distribuição de lucros/prejuizos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Distribuição antecipadas de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Total das variações do capital próprio (1) + (4) + (5)	-	3.000.000	-	1.640.773	(434.805)	171.521	443.688	1.082.266	2.903.443
	Balanco a 31 de Dezembro de 2012	7.500.000	3.000.000	-	1.316.897	(348.978)	667.740	71.839	2.797.475	15.004.973

As Notas Explicativas fazem parte integrante destas Demonstrações.

DEMONSTRAÇÃO DE VARIAÇÕES DO CAPITAL PRÓPRIO

(Valores expressos em Euros)

Notas do anexo	Demonstração de Variações do Capital Próprio	Outros instrumentos de capital			Reservas de Reavaliação		Reserva por impostos diferidos	Outras reservas		Resultados transitados	Resultado do exercício	TOTAL
		Instrumentos financeiros compostos	Prestações suplementares	Outros	Por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	Reserva legal		Outras reservas				
	Balanco a 31 de Dezembro de 2010 (balanco de abertura)	7.500.000	4.500.000	-	(308.198)	194.616	348.688	(426.203)	1.481	1.475.318	13.285.703	
	Correções de erros (IAS 8)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Alterações políticas contabilísticas (IAS 8)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
31	Balanco de abertura alterado	7.500.000	4.500.000	-	(308.198)	194.616	348.688	(426.203)	1.481	1.475.318	13.285.703	
	Aumentos de reservas por aplicação de resultados (1)	-	-	-	-	-	147.532	-	27.787	(175.319)	-	
31	Resultado liquido do periodo (2)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.715.209	
	Outro rendimento integral do periodo, liquido de imposto (3)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Ganhos liquidos por ajustamentos no justo valor de filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Ganhos liquidos por ajustamentos no justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	(15.678)	-	-	-	-	-	(15.678)	
2 e 12	Ganhos liquidos por ajustamentos por revalorização de terrenos e edificios de uso próprio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Ganhos liquidos por ajustamentos por revalorizações de activos intangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Ganhos liquidos por ajustamentos por revalorizações de outros activos tangíveis	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Ganhos liquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura em cobertura de fluxos de caixa estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Ganhos liquidos por ajustamentos de instrumentos de cobertura de investimentos liquidos em moeda estrangeira	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
2 e 14	Ganhos liquidos por diferenças por taxa de câmbio	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Diferimento de ganhos e perdas actuariais (IAS 19)	-	-	-	-	-	-	(119.535)	-	-	(119.535)	
2 e 9	Outros ganhos/ perdas reconhecidos directamente no capital próprio	-	-	-	-	(108.789)	-	545.738	(401.117)	-	35.831	
	Total de rendimento integral do periodo, liquido de imposto (4) = (2)+(3)	-	-	-	(15.678)	(108.789)	-	426.203	(401.117)	1.715.209	1.615.827	
	Operações com detentores de capital (5)	-	(1.500.000)	-	-	-	-	-	-	-	(1.500.000)	
	Reembolso de prestações suplementares	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Transacção de acções próprias	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Distribuição de reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.300.000)	(1.300.000)	
31	Distribuição de lucros/prejuizos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Distribuição antecipadas de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
	Total das variações do capital próprio (1) + (4) + (5)	-	(1.500.000)	-	(15.678)	(108.789)	147.532	426.203	(373.330)	239.890	(1.184.173)	
	Balanco a 31 de Dezembro de 2011	7.500.000	3.000.000	-	(323.876)	85.827	496.220	-	(371.850)	1.715.208	12.101.530	

As Notas Explicativas fazem parte integrante destas Demonstrações.

Técnico Oficial de Contas

Administração

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Valores expressos em Euros)

Notas do anexo	Demonstração do rendimento integral	2012	2011
	Resultado líquido do exercício	2.797.475	1.715.209
	Outro rendimento integral do exercício	1.640.773	(15.678)
2, 3 e 20	Activos disponíveis para venda	1.640.773	(15.678)
	Ganhos e perdas líquidos	2.199.120	(15.678)
	Reclassificação de ganhos e perdas em resultados do exercício	(558.347)	-
	Imparidade	-	-
	Alienação	(558.347)	-
2, 3 e 26	Impostos	(434.805)	35.831
	Ganhos e perdas líquidos em diferenças cambiais	-	-
2, 3 e 9	Benefícios pós-emprego	-	(119.535)
	TOTAL DO RENDIMENTO INTEGRAL LÍQUIDO DE IMPOSTOS	4.003.443	1.615.827

As Notas Explicativas fazem parte integrante destas Demonstrações.

Técnico Oficial de Contas

Administração

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Valores expressos em Euros)

MÉTODO DIRECTO	2012	2011
Actividade Operacional		
Prémios de seguro directo recebidos	4.343.138	5.770.788
Prémios de resseguro aceite recebidos	49.055.479	46.860.021
Prémios de resseguro cedido pagos	2.096	(36.554)
Participação nos resultados paga	(204.496)	(535.125)
Sinistros de seguro directo pagos	(28.237.121)	(30.543.371)
Sinistros de resseguro cedido recebidos	150.914	205.567
Recebimentos de contrato de investimento	-	-
Comissões por intermediação de seguros	-	-
Pagamentos ao pessoal	(11.492.928)	(9.569.726)
Pagamentos a fornecedores	(5.468.700)	(5.243.554)
Outros fluxos de caixa operacionais	(791.300)	(266.267)
Dividendos recebidos	-	76.407
Juros recebidos	799.487	623.061
Ganhos / (Perdas) realizadas de investimentos	116.955	(157.257)
Aquisição de investimentos		
Títulos de rendimento variável	(3.262.908)	2.919.899
Títulos de rendimento fixo	(4.110.432)	(5.171.395)
Instrumentos financeiros derivados	-	-
Propriedades de investimentos	-	-
Juros pagos	-	-
Impostos sobre o rendimento pagos	(1.234.540)	(456.995)
Fluxos das Actividades Operacionais	(334.356)	4.475.497
Actividades Investimento		
Aquisição de subsidiárias/associadas/empreendimentos conjuntos	-	-
Alienação de subsidiárias/associadas/empreendimentos conjuntos	-	-
Dividendos recebidos de subsidiárias	194.805	94.905
Aquisição de activos tangíveis e intangíveis	(296.784)	(252.670)
Alienação de activos tangíveis e intangíveis	446	-
Empréstimos concedidos a partes relacionadas	-	-
Empréstimos pagos por partes relacionadas	-	1.000.000
Fluxos das Actividades de Investimento	(101.533)	842.235
Actividades Financiamento		
Reembolso de prestações suplementares	-	(1.500.000)
Recebimento de empréstimos subordinados	-	-
Pagamento de empréstimos subordinados	-	-
Recebimentos de empréstimos concedidos	-	-
Pagamentos de empréstimos obtidos	-	-
Pagamentos de contratos de locação financeira	-	-
Dividendos pagos a accionistas	(1.100.000)	(1.300.000)
Dividendos pagos a interesses minoritários	-	-
Fluxo das Actividades de Financiamento	(1.100.000)	(2.800.000)
Varição de caixa e equivalentes	(1.535.889)	2.517.732
Efeito das diferenças de câmbio	-	-
Caixa e equivalentes no início	4.547.165	2.029.433
Caixa e equivalentes no fim	3.011.276	4.547.165
Varição no exercício	(1.535.889)	2.517.732

As Notas Explicativas fazem parte integrante destas Demonstrações.

1. INFORMAÇÃO GERAL

A Europ Assistance – Companhia Portuguesa de Seguros S.A. (adiante designada por Europ Assistance ou Companhia), foi constituída em 01 de Julho de 1993 e dedica-se ao exercício da actividade de seguros para os ramos de "Assistência"; "Acidentes pessoais"; "Doença"; "Responsabilidade Civil Geral"; "Mercadorias transportadas"; "Perdas pecuniárias diversas" e "Protecção Jurídica", para os quais obteve as devidas autorizações por parte do Instituto de Seguros de Portugal.

Até 31 de Dezembro de 2008 a Companhia apenas se dedicou à comercialização do ramo "Assistência", iniciando apenas em 2009 a comercialização dos restantes ramos já autorizados.

A Companhia tem a sua sede na Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, n.º 75-10º em Lisboa. As seguradoras são o principal canal de distribuição da Companhia.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 04 de Fevereiro de 2013.

2. BASES DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Bases de apresentação

As demonstrações financeiras apresentadas, reportam-se ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012 e foram preparadas de acordo com o Plano de Contas para as Empresas de Seguros, emitido pelo ISP e aprovado pela Norma Regulamentar n.º 4/2007-R, de 27 de Abril, com as alterações introduzidas pela Norma n.º 20/2007-R, de 31 de Dezembro e da Norma Regulamentar n.º 22/2010, de 16 de Dezembro, e ainda de acordo com as normas relativas à contabilização das empresas de seguros estabelecidas pelo ISP.

Este Plano de Contas, actualmente em vigor, introduziu os International Financial Accounting Standards (IFRS) em vigor tal como adoptados na União Europeia, excepto a IFRS 4 - Contratos de Seguro, relativamente à qual apenas são adoptados os princípios de classificação do tipo de contratos celebrados pelas empresas de seguros. As IFRS incluem as normas contabilísticas emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e as interpretações emitidas pelo Internacional Financial Reporting Interpretation Committee (IFRIC), e pelos respectivos órgãos antecessores.

A Companhia adoptou na preparação das demonstrações financeiras e das Notas explicativas as IFRS de aplicação obrigatória a partir de 1 de Janeiro de 2012. Esta adopção teve impacto em termos de apresentação das demonstrações financeiras e das respectivas divulgações, não originando alterações de políticas contabilísticas, nem afectando a posição financeira da Companhia.

As demonstrações financeiras encontram-se expressas em Euros e foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, com excepção dos activos e passivos registados ao justo valor, nomeadamente, activos ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda.

A preparação de demonstrações financeiras requer que a Companhia efectue julgamentos e estimativas e utilize pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e os montantes de rendimentos, gastos, activos e passivos. As estimativas e pressupostos têm por base a informação disponível mais recente, servindo de suporte para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é suportada por outras fontes. As alterações dos pressupostos ou diferenças destes face à realidade poderão ter impactos sobre as actuais estimativas e julgamentos. As áreas que envolvem um maior nível de julgamento ou complexidade ou onde são utilizados pressupostos e estimativas significativos na preparação das demonstrações financeiras encontram-se analisadas na nota 3.

ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Alterações voluntárias de políticas contabilísticas

Durante o exercício não ocorreram alterações voluntárias de políticas contabilísticas, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior apresentada nos comparativos.

Novas normas e interpretações já emitidas mas que ainda não são obrigatórias

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB com relevância na actividade da Companhia, cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de Janeiro de 2012 e que a Companhia não adoptou antecipadamente são apresentadas na Nota 38. Estas Normas serão adoptadas pela Companhia a partir da data do endosso pela UE.

Políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas utilizadas na preparação das demonstrações financeiras são as descritas abaixo e foram aplicadas de forma consistente para os períodos apresentados nas demonstrações financeiras:

a) Reporte por segmentos

A Companhia determina e apresenta segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente.

Um segmento operacional de negócio é uma componente identificável da Companhia que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operam em ambientes económicos diferentes.

b) Operações em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção (divulgadas pelo Banco de Portugal). Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

c) Outros activos tangíveis

Os outros activos tangíveis da Companhia encontram-se valorizados ao custo deduzido das respectivas depreciações acumuladas.

Os custos subsequentes com os activos tangíveis são reconhecidos apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a Companhia. Todas as despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

As depreciações são calculadas com base no método das quotas constantes, as quais correspondem às seguintes vidas úteis estimadas:

	<u>Anos de vida útil</u>
Equipamento administrativo	8
Máquinas e ferramentas	5-8
Equipamento informático	3
Material de transporte	4
Instalações interiores	10
Outro equipamento	8

A vida útil esperada dos bens é revista em cada data de balanço e ajustada, se apropriado, de acordo com o padrão esperado de consumo dos benefícios económicos futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo.

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, de acordo com a IAS 36, é estimado o seu valor recuperável, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na conta de ganhos e perdas.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

d) Outros activos intangíveis

Os custos incorridos com a aquisição e desenvolvimento de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos (3 anos).

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos. Os custos directamente relacionados com o desenvolvimento de aplicações informáticas pela Companhia, sobre os quais se espera que estes venham a gerar benefícios económicos futuros para além de um exercício, são reconhecidos e registados como activos intangíveis. Estes custos incluem as despesas com empregados enquanto estiverem directamente afectos aos projectos e são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos.

Quando existe indicação de que um activo possa estar em imparidade, de acordo com a IAS 36, é estimado o seu valor recuperável, sendo reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido de um activo exceda o seu valor recuperável. As perdas por imparidade são reconhecidas na conta de ganhos e perdas.

e) Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos

São classificadas como filiais todas as empresas sobre as quais a Companhia detém a capacidade de controlar a política operacional e financeira da entidade.

São classificadas como associadas todas as empresas sobre as quais a Companhia detém a faculdade de exercer influência significativa sobre as políticas financeiras e operacionais da entidade.

São classificados como empreendimentos conjuntos (entidades conjuntamente controladas), todas as empresas sobre as quais a Companhia detém a capacidade para controlar conjuntamente com outros empreendedores (accionistas) a política operacional e financeira do empreendimento.

Os investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos são contabilizados ao custo de aquisição, e sujeitas a testes de imparidade, anualmente.

f) Activos financeiros

i) Classificação

A Companhia classifica os seus activos financeiros no momento da sua aquisição considerando a intenção que lhes está subjacente, de acordo com as seguintes categorias:

- Activos financeiros ao justo valor através dos resultados: inclui (i) os activos financeiros detidos para negociação, aqueles adquiridos ou incorridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo, incluindo os produtos derivados que não sejam designados instrumentos de cobertura ou de gestão eficaz da carteira, e (ii) os activos financeiros classificados no reconhecimento inicial ao justo valor com variações reconhecidas nos resultados;
- Activos financeiros disponíveis para venda: são activos financeiros não derivados que (i) a Companhia tem intenção de manter por tempo indeterminado, (ii) são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial ou (iii) não se enquadram nas restantes categorias;
- Activos financeiros a deter até à maturidade: activos financeiros, não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis, com uma maturidade determinável ou fixa, relativamente aos quais a Companhia tenha intenção e capacidade de os deter até à maturidade;
- Empréstimos concedidos e contas a receber: inclui valores a receber relacionados com operações de seguro directo, resseguro aceite e transacções relacionadas com contratos de seguro e outras transacções.

ii) Reconhecimento inicial, mensuração inicial e desreconhecimento

Aquisições e alienações de (i) activos financeiros ao justo valor através dos resultados, (ii) activos financeiros disponíveis para venda e (iii) investimentos a deter até à maturidade, são reconhecidos na data da negociação ("*trade date*"), ou seja, na data em que a Companhia se compromete a adquirir ou alienar o activo.

Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor acrescido dos custos de transacção, com excepção dos activos financeiros ao justo valor através de resultados, caso em que estes custos são directamente reconhecidos em resultados.

Estes activos são desreconhecidos quando (i) expiram os direitos contratuais da Companhia ao recebimento dos seus fluxos de caixa, (ii) a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Companhia tenha transferido o controlo sobre os activos.

iii) Mensuração subsequente

Após o seu reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor com reconhecimento em resultados são valorizados ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os investimentos disponíveis para venda são igualmente registados ao justo valor sendo, no entanto, as respectivas variações reconhecidas em reservas, até que os investimentos sejam desreconhecidos ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registados em reservas é transferido para resultados. As variações cambiais associadas a estes investimentos são reconhecidas também em reservas, no caso de acções, e em resultados, no caso de instrumentos de dívida. Os juros, calculados à taxa de juro efectiva, e os dividendos são também reconhecidos na demonstração dos resultados.

Os investimentos a deter até à maturidade são mensurados em balanço ao custo amortizado, de acordo com o método da taxa efectiva, com as amortizações (juros, valores incrementais e prémios e descontos) a serem registados na conta de ganhos e perdas.

O justo valor dos activos financeiros cotados é o seu preço de compra corrente ("bid-price"). Na ausência de cotação, a Companhia estima o justo valor utilizando metodologias de avaliação, tais como a utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado e técnicas de fluxos de caixa descontados de modo a reflectir as particularidades e circunstâncias do instrumento, e pressupostos de avaliação baseados em informações de mercado.

iv) Transferências entre categorias

A revisão do IAS 39 - datada de Outubro de 2008, veio permitir que as entidades transferissem os activos financeiros de negociação para as carteiras de activos financeiros disponíveis para venda ou para activos financeiros a deter até à maturidade, desde que esses mesmos activos obedeçam às características de cada categoria.

As transferências de activos financeiros disponíveis para venda para as categorias de "Empréstimos concedidos e contas a receber" e "Activos financeiros a deter até á maturidade" são também permitidas.

v) Imparidade

- Títulos de rendimento variável e de rendimento fixo

A Companhia avalia regularmente se existe evidência objectiva de que um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, apresenta sinais de imparidade. Para os activos financeiros que apresentam sinais de imparidade, é determinado o respectivo valor recuperável, sendo as perdas por imparidade registadas por contrapartida de resultados.

Um activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, encontra-se em imparidade sempre que exista evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos que ocorreram após o seu reconhecimento inicial, tais como: (i) para os títulos cotados, uma desvalorização continuada (de pelo menos 6 meses) ou uma desvalorização de 50% independentemente do período, e (ii) para títulos não cotados, quando esse evento (ou eventos) tenha um impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do activo financeiro, ou grupo de activos financeiros, que possa ser estimado com razoabilidade.

Quando existe evidência de imparidade em títulos de dívida classificados como activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada em reservas, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual deduzida de qualquer perda de imparidade, é transferida para resultados. Se num período subsequente o montante da perda de imparidade diminui, a perda de imparidade anteriormente reconhecida é revertida por contrapartida de resultados do exercício até à reposição do custo amortizado se o aumento for objectivamente relacionado com um evento ocorrido após o reconhecimento da perda de imparidade. No que se refere a acções ou outros instrumentos de capital a perda por imparidade, anteriormente reconhecida, não é reversível.

Relativamente aos títulos de dívida, é considerada imparidade, quando há evidência de “default” do emitente ou mesmo no incumprimento na amortização do capital e/ou no pagamento de juros. As perdas por imparidade de títulos de dívida são reconhecidas directamente em resultados do exercício.

- Outros activos financeiros - ajustamento de recibos por cobrar e créditos de cobrança duvidosa

Tem por objectivo reduzir o montante dos recibos por cobrar ao seu valor estimado de realização, sendo calculada sobre o valor total dos recibos emitidos e não cobrados em cada data de reporte, deduzidos dos correspondentes prémios de resseguro cedido, comissões, impostos e provisão para prémios não adquiridos associados, e tendo em conta um coeficiente médio de cobrabilidade determinado com base em dados históricos de anos anteriores, aplicando os critérios definidos pelo ISP, de base económica. Os recibos emitidos e não cobrados à data das demonstrações financeiras estão reflectidos na rubrica "Recibos por cobrar".

Os ajustamentos de cobrança duvidosa destinam-se a fazer face aos riscos da cobrança de dívidas de terceiros, com excepção dos relativos a recibos de prémios por cobrar. Os ajustamentos estão associados a um risco de incobralidade (que se pode concretizar ou não), mas cuja probabilidade de ocorrência é significativa.

A Companhia realiza iniciativas para a regularização dos montantes em dívida, quer através da área de assistência jurídica quer recorrendo posteriormente à via judicial.

g) Outros activos financeiros - instrumentos financeiros derivados (derivados embutidos)

Os instrumentos financeiros com derivados embutidos são reconhecidos no momento do seu reconhecimento inicial ao valor de aquisição. Subsequentemente, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados é reavaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa reavaliação registados directamente em resultados do período.

O justo valor é baseado em preços de cotação em mercado, quando disponíveis, e quando na ausência de cotação (inexistência de mercado activo) é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação disponibilizadas por entidades especializadas, baseadas em técnicas de

fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade.

Os derivados que estão embutidos em outros instrumentos financeiros são tratados separadamente quando as suas características económicas e os seus riscos não estão relacionados com o instrumento principal e o instrumento principal não está contabilizado ao seu justo valor através de resultados. Estes derivados são registados ao justo valor com as variações reconhecidas em resultados.

h) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, prontamente convertíveis em dinheiro e com risco reduzido de alteração de valor onde se incluem a caixa e as disponibilidades em instituições de crédito.

i) Capital social

As acções são classificadas como capital próprio quando não há obrigação de transferir dinheiro ou outros activos. Os custos incrementais directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são apresentados no capital próprio como dedução dos proventos, líquidos de imposto.

j) Resultados por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido da Companhia pelo número médio ponderado de acções ordinárias emitidas.

k) Contratos de seguro

Os Contratos de seguro comercializados pela Companhia são contratos segundo o qual a Companhia a aceita um risco de seguro significativo do segurado, aceitando compensar este no caso de um acontecimento futuro incerto especificado o afectar de forma adversa.

Os contratos de seguro (Seguro Directo e Resseguro Aceite) são reconhecidos e mensurados como segue:

- **Prémios**

Os prémios brutos emitidos de seguro directo e de resseguro aceite são registados como proveitos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento.

Os prémios de resseguro cedido são registados como custos no exercício a que respeitam da mesma forma que os prémios brutos emitidos.

- **Custos de aquisição**

Os custos de aquisição são representados pela remuneração contratualmente atribuída aos mediadores pela angariação de contratos de seguro, aos ressegurados pela cedência de prémios de resseguro aceite, e ainda, pelos gastos por natureza imputados à função (ver nota 8).

As comissões contratadas são registadas como gastos no momento da emissão dos respectivos prémios ou renovação das respectivas apólices.

- **Provisão para prémios não adquiridos**

Reflecte a parte do prémio emitido antes do encerramento do exercício ainda não incorrida à data do balanço, com o objectivo de compensar os encargos futuros decorrentes dos contratos de seguro. É determinada, para cada contrato em vigor, por aplicação do método “Pró-rata temporis” aos prémios brutos emitidos. Ao montante calculado são deduzidas as remunerações pela prestação de serviços de intermediação de seguros e outras despesas de aquisição diferidas. Em 31 de Dezembro de 2012, as despesas de aquisição diferidas representavam cerca de 8% dos prémios não adquiridos (2011: 8%).

- **Provisão para sinistros**

Reflecte a estimativa das responsabilidades da Companhia por sinistros pendentes de liquidação à data do balanço, bem como das responsabilidades globais relativas aos sinistros já ocorridos e não declarados (IBNR) até à data das demonstrações financeiras. Esta provisão incorpora também a estimativa de despesas a incorrer com regularização de sinistros.

Na sequência da Circular nº 28/2004, de 17 de Novembro, do Instituto de Seguros de Portugal, a Companhia regista uma provisão para despesas de regularização de sinistros, determinada com base no rácio entre as despesas gerais incorridas pela Companhia e os custos com sinistros do exercício. Este rácio é analisado perante a estimativa de alterações na estrutura de despesas existentes e ajustado, sendo aplicado à provisão para sinistros declarados do exercício.

A provisão para IBNR registada em 31 de Dezembro de 2011 corresponde a 4% dos custos com sinistros declarados no exercício de 2012 (2011: 4% dos custos com sinistros declarados no exercício de 2010). Esta taxa foi determinada com base numa percentagem de 4% dos custos do exercício para o seguro directo e de 4% para o resseguro aceite (2011: 4% dos custos do exercício para o seguro directo e de 4% para o resseguro aceite).

- **Provisão para participação nos resultados**

Reflecte a estimativa da participação nos resultados para os contratos que incluam cláusulas que prevejam este tipo de pagamento. É calculada individualmente, contrato a contrato sendo, constituída provisão em função de uma percentagem sobre a conta técnica do contrato.

- **Provisão para riscos em curso**

Corresponde ao montante que se estima ser necessário para fazer face a prováveis indemnizações e encargos a suportar após o termo do exercício e que excedam o valor dos prémios não adquiridos e dos prémios exigíveis relativos aos contratos em vigor.

- **Provisões técnicas de resseguro cedido**

As provisões técnicas de resseguro cedido são determinadas através da aplicação dos critérios acima descritos para o seguro directo, tendo em atenção as percentagens de cessão, bem como outras cláusulas existentes nos tratados em vigor.

I) Resseguro

A Europ Assistance aceita e cede negócio no decurso da sua actividade normal. Os valores a receber relacionados com a actividade de resseguro, incluem saldos a receber de empresas de seguro

(ressegurados) e de resseguradores relacionados com responsabilidades cedidas. Os valores a recuperar ou a pagar aos ressegurados e resseguradores, são calculados de acordo com as disposições contratuais estabelecidas nos contratos de resseguro.

Os princípios contabilísticos aplicáveis aos activos relacionados com o Resseguro Cedido no âmbito de contratos de resseguro que pressupõem a existência de um risco de seguro significativo, são idênticos aos aplicáveis aos contratos de seguro directo.

Os princípios contabilísticos aplicáveis aos passivos relacionados com o resseguro aceite no âmbito de contratos de resseguro que pressupõem a existência de um risco de seguro significativo, são idênticos aos aplicáveis aos contratos de seguro directo.

m) Impostos sobre lucros

Os impostos sobre lucros compreendem os impostos correntes e os impostos diferidos. Os impostos sobre lucros são reconhecidos na conta de ganhos e perdas, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes são os que se esperam que sejam pagos com base no resultado tributável apurado de acordo com as regras fiscais em vigor e utilizando a taxa de imposto aprovada ou substancialmente aprovada em cada jurisdição.

Os impostos diferidos são calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço em cada jurisdição e que se espera virem a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, com excepção das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de activos e passivos que não afectem quer o lucro contabilístico quer o fiscal e de diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, na medida em que provavelmente não serão revertidas no futuro. Os impostos diferidos activos são reconhecidos apenas na medida em que seja expectável que existam lucros tributáveis no futuro capazes de absorver as referidas diferenças.

n) Benefícios concedidos aos empregados

i) Responsabilidades com pensões (benefício pós-emprego)

Em conformidade com o contrato colectivo de trabalho (CCT) vigente para o sector segurador, a Companhia assumiu o compromisso de conceder aos seus empregados admitidos no sector até 22 de Junho de 1995, data da entrada em vigor do CCT, prestações pecuniárias para complemento das reformas atribuídas pela Segurança Social. Estas prestações consistem numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço do trabalhador, aplicada à tabela salarial em vigor à data da reforma.

A cobertura das responsabilidades com os complementos de pensões de reforma do pessoal no activo, é assegurada por um plano de benefício definido para os empregados admitidos até 22 de Junho de 1995, uma vez que define os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá

durante a reforma, usualmente dependente de um ou mais factores como sejam a idade, anos de serviço e retribuição e ainda um plano de contribuição definida para os restantes trabalhadores.

A Companhia subscreveu em 2007 um plano de contribuição definida para os colaboradores não incluídos no plano de benefício definido mencionado no parágrafo anterior.

Ambos são financiados por fundos de pensões Multireforma do Espírito Santo Fundo de Pensões.

No dia 23 de Dezembro de 2011, foi assinado um novo contrato colectivo de trabalho (novo CCT) entre a Associação Portuguesa de Seguradoras (APS) e dois sindicatos representativos da classe profissional. Este novo CCT foi posteriormente publicado no Boletim do Trabalho e Emprego n.º 2, de 15 de Janeiro de 2012.

Este novo CCT veio, entre outros aspectos, alterar o plano de benefícios de reforma do anterior CCT, passando o mesmo para um plano de contribuição definida e aplicável a todos os trabalhadores no activo. De acordo com o n.º 1 da cláusula 48º do novo CCT, “todos os trabalhadores no activo em efectividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, beneficiarão de um plano individual de reforma, em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela Segurança Social, o qual substitui o sistema de pensões de reforma previsto no anterior contrato colectivo de trabalho”. Ainda de acordo com o novo CCT no n.º 2 da cláusula 48º “o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados, calculado a 31 de Dezembro de 2011, relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no activo, admitidos até 22 de Junho de 1995, que estavam abrangidos pelo disposto na cláusula 51.ª, n.º 4, do CCT, cujo texto consolidado foi publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 32, de 29 de Agosto de 2008, será convertido em contas individuais desses trabalhadores, nos termos e de acordo com os critérios que estiverem previstos no respectivo fundo de pensões ou seguro de vida, integrando o respectivo plano individual de reforma”. Face ao exposto, o plano de benefícios definidos será liquidado e o saldo das responsabilidades integralmente financiadas a 31 de Dezembro de 2011 será transferido para um plano individual de reforma, em formato ainda por definir.

As responsabilidades da Companhia com pensões de reforma são calculadas anualmente, na data de fecho de contas, com base no Método da Unidade de Crédito Projectada. A taxa de desconto utilizada neste cálculo é determinada com base nas taxas de mercado associadas a obrigações de empresas de rating elevado, denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano.

Os ganhos e perdas actuariais determinados anualmente, resultantes (i) das diferenças entre os pressupostos actuariais e financeiros utilizados e os valores efectivamente verificados e (ii) das alterações de pressupostos actuariais, são reconhecidos em rubrica específica do capital próprio, em conformidade com o método do “SORIE”. Face ao exposto anteriormente, com a entrada em vigor do novo CCT, a Companhia transferiu o saldo a 31 de Dezembro de 2011 das perdas actuariais acumuladas reconhecidas na rubrica de “Outras reservas” para a rubrica de “Resultados transitados”, no montante de 401.117 euros.

ii) Benefícios de saúde

A Companhia concede um benefício de assistência médica aos colaboradores no activo.

iii) Bónus de desempenho

As remunerações variáveis dos colaboradores são contabilizadas nos resultados do exercício a que respeitam. Os bónus são calculados tendo em consideração os resultados alcançados pela Companhia no exercício e de acordo com uma avaliação de desempenho, que se baseia em critérios organizacionais, quantitativos e qualitativos.

iv) Estimativa para férias e subsídio de férias

Os encargos com férias e subsídio de férias dos empregados são registados quando se vence o direito aos mesmos e correspondem a 2 meses de remunerações e respectivos encargos, baseada nos valores do respectivo exercício. A respectiva estimativa encontra-se registada na rubrica "Acréscimos e diferimentos" do passivo.

o) Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou construtiva, (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para reflectir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

p) Reconhecimento de juros e dividendos

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros classificados como disponíveis para venda são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares utilizando o método da taxa efectiva. Os juros dos activos financeiros ao justo valor através dos resultados são também incluídos na rubrica de juros e proveitos similares.

A taxa de juro efectiva é a taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro ou, quando apropriado, um período mais curto, para o valor líquido actual de balanço do activo do activo ou passivo financeiro.

Para o cálculo da taxa de juro efectiva são estimados os fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro, não considerando, no entanto, eventuais perdas de crédito futuras. O cálculo inclui as comissões que sejam parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios e descontos directamente relacionados com a transacção.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada na mensuração da perda por imparidade.

No que se refere aos instrumentos financeiros derivados, a componente de juro inerente à variação de justo valor não é separada e é classificada na rubrica de resultados de activos e passivos ao justo valor através de resultados.

Relativamente aos rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando estabelecido o direito ao seu reconhecimento.

q) Locações

A Europ Assistance classifica as operações de locações financeiras ou locações operacionais, em função da sua substância e não da sua forma legal cumprindo os critérios definidos no IAS 17 – Locações. São classificadas como locações financeiras todas as operações em que os riscos e os benefícios inerentes à propriedade são transferidos para o locatário. Todas as restantes operações de locação são consideradas como locações operacionais.

Nas locações operacionais os pagamentos efectuados pela Companhia à luz dos contratos de locação operacional são registados nos resultados nos períodos a que dizem respeito.

Nas locações financeiras os contratos são registados na data do seu início, no activo e no passivo, pelo custo de aquisição da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas. As rendas são constituídas (i) pelo encargo financeiro que é debitado em resultados e (ii) pela amortização financeira do capital que é deduzida ao passivo. Os encargos financeiros são reconhecidos como custos ao longo do período de locação, a fim de produzirem uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo em cada período.

A Companhia apenas tem registado contratos de locação operacional, relacionados com aluguer de equipamento informático e de automóveis.

3. PRINCIPAIS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E JULGAMENTOS RELEVANTES UTILIZADOS NA ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As IAS/IFRS estabelecem uma série de tratamentos contabilísticos e requerem que o Conselho de Administração utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pela Companhia são divulgadas abaixo, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados. Uma descrição alargada das principais políticas contabilísticas utilizadas pela Companhia é apresentada na Nota 2.

Dever-se-á ter em conta que, em algumas situações, poderão existir alternativas ao tratamento das políticas contabilísticas adoptadas pela Companhia, que levariam a resultados diferentes caso um tratamento diferente tivesse sido escolhido. No entanto, a Companhia entende que os julgamentos e as estimativas aplicadas são apropriados pelo que as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia e as suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

a) Provisões técnicas

As responsabilidades futuras decorrentes de contratos de seguro são registadas na rubrica provisões técnicas. As provisões técnicas foram determinadas tendo por base vários pressupostos baseados na experiência passada da Companhia e do mercado. Estes pressupostos poderão ser revistos se for determinado que a experiência futura venha a confirmar a sua desadequação.

As provisões técnicas decorrentes de contratos de seguro incluem (1) provisão para prémios não adquiridos, (2) provisão para sinistros reportados e não reportados, incluindo as despesas de regularização respectivas, (3) provisão para participação nos resultados e (4) provisão para riscos em curso.

Quando existem sinistros, qualquer montante pago ou que se estima vir a ser pago pela Companhia é reconhecido como perda nos resultados. A Companhia estabelece provisões para pagamento de sinistros decorrentes dos contratos de seguro.

As provisões para sinistros não representam um cálculo exacto do valor da responsabilidade, mas sim uma estimativa. Estas provisões estimadas correspondem à expectativa da Companhia de qual será o custo último de regularização dos sinistros, baseado numa avaliação de factos e circunstâncias conhecidas nessa data, numa revisão dos padrões históricos de regularização, numa estimativa das tendências em termos de frequência da sinistralidade e outros factores.

Qualquer eventual alteração de critérios (nomeadamente alterações nos processos de gestão de sinistros, inflação e alterações legais) é devidamente avaliada para quantificação dos seus impactos financeiros. As provisões são revistas regularmente através de um processo contínuo à medida que informação adicional é recebida e as responsabilidades vão sendo liquidadas.

Ver adicionalmente a Nota 24.

b) Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades por pensões de reforma requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões. Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

Ver adicionalmente a Nota 9.

c) Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

A Companhia determina que existe imparidade nos seus activos disponíveis para venda quando existe uma desvalorização prolongada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização prolongada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, a Companhia avalia entre outros factores, a volatilidade normal dos preços das acções. Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas, poderá resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o consequente impacto nos resultados da Companhia.

Ver adicionalmente a Nota 20.

d) Imposto sobre lucros

A determinação dos impostos sobre lucros requer determinadas interpretações e estimativas. Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no período.

De acordo com a legislação fiscal em vigor, as Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pela Companhia durante um período de quatro anos.

Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal. No entanto, é convicção do Conselho de Administração da Companhia, de que não haverá correcções significativas aos impostos sobre lucros registados nas demonstrações financeiras.

e) Prémios brutos emitidos

Os prémios de seguro directo e resseguro aceite do último mês do ano (Dezembro) são parcialmente estimados, tendo por base os contratos em vigor e o histórico de produção do ano e de anos anteriores. O montante de prémios brutos emitidos reconhecido no mês de Dezembro de 2012 ascendeu a 3.910 milhares de euros (mês de Dezembro de 2011: 4.622 milhares de euros).

4. REPORTE POR SEGMENTOS

Um segmento de negócio é um conjunto de activos e operações que estão sujeitos a riscos e proveitos específicos diferentes de outros segmentos de negócio.

Um segmento geográfico é um conjunto de activos e operações localizados num ambiente económico específico, que está sujeito a riscos e proveitos que são diferentes de outros segmentos que operam em outros ambientes económicos. A Companhia considera como área de negócio o território nacional, pelo que todos os contratos são celebrados em Portugal.

Nos exercícios de 2012 e 2011, os prémios brutos emitidos ascenderam a 52.395.588 euros e 53.144.278 euros, respectivamente, e dizem respeito exclusivamente a contratos celebrados em Portugal.

O relato por segmentos de 2012 é como segue:

Ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos	Custos de exploração brutos	Resultado de resseguro
Acidentes e doença	5.005	5.701	4.001	452	(2.241)
Responsabilidade civil geral	2.494	2.555	-	421	1.922
Protecção jurídica	1.063.774	1.086.062	900.799	134.835	-
Assistência	50.374.416	49.692.586	39.358.078	7.836.815	16.230
Perdas pecuniárias diversas	949.899	616.902	526.861	83.538	46.825
TOTAL GERAL	52.395.588	51.403.805	40.789.740	8.056.060	62.736

O resultado de resseguro é em 2012 uma perda para a Companhia.

O relato por segmentos de 2011 é como segue:

Ramos	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos	Custos de exploração brutos	Resultado de resseguro
Acidentes e doença	24.109	21.118	317	2.734	19.511
Responsabilidade civil geral	1.694	1.156	-	151	1.729
Protecção jurídica	1.142.652	1.226.215	808.235	176.227	-
Assistência	51.092.370	49.087.598	40.399.082	8.266.634	9.473
Perdas pecuniárias diversas	883.453	305.417	254.590	11.905	32.893
TOTAL GERAL	53.144.278	50.641.505	41.462.223	8.457.651	63.606

O resultado de resseguro é em 2011 uma perda para a Companhia.

O resultado técnico, os activos e passivos por segmento em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 são os seguintes:

	2012			
	Ramos não Vida	Protecção jurídica	Assistência	Outros ramos
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	51.225.712	1.086.062	49.637.718	501.933
Resultado dos investimentos	644.540	13.665	624.559	6.315
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(40.674.383)	(900.799)	(39.319.440)	(454.145)
Custos de exploração, líquidos de resseguro	(8.214.435)	(138.061)	(8.002.638)	(73.737)
Outros rendimentos e gastos	121.309	-	121.309	-
Resultado técnico	3.102.742	64.092	3.068.956	(30.306)
Activos afectos à representação das provisões técnicas	39.164.902	1.823.183	33.832.784	3.508.935
Provisões técnicas	28.246.812	1.314.930	24.401.141	2.530.741

	2011			
	Ramos não Vida	Protecção jurídica	Assistência	Outros ramos
Prémios adquiridos, líquidos de resseguro	50.336.790	1.226.215	49.035.915	74.659
Resultado dos investimentos	439.062	10.696	427.724	642
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	(41.221.114)	(1.042.094)	(40.117.451)	(61.569)
Custos de exploração, líquidos de resseguro	(8.731.898)	(176.227)	(8.540.720)	(14.951)
Outros rendimentos e gastos	47.771	1.164	46.537	71
Resultado técnico	870.611	252.449	565.887	4.504
Activos afectos à representação das provisões técnicas	32.094.759	1.681.175	27.690.465	2.723.119
Provisões técnicas	25.636.619	1.342.887	22.118.561	2.175.170

5. PRÉMIOS ADQUIRIDOS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Os prémios brutos de resseguro aceite tiveram um aumento de cerca de 1% (2011: 37%) devido ao crescimento das carteiras. O decréscimo do resseguro cedido deve-se ao cancelamento do contrato com a resseguradora EAHIB.

Os prémios adquiridos, líquidos de resseguro são como segue:

Ramo técnico	2012			
	Seguro directo	Resseguro aceite	Resseguro cedido	Total
Acidentes e doença	5.005	-	2.241	7.246
Responsabilidade civil geral	2.494	-	(1.922)	572
Protecção jurídica	2.489	1.061.285	-	1.063.774
Assistência	3.138.306	47.236.110	-	50.374.416
Perdas pecuniárias diversas	943.050	6.849	-	949.899
	<u>4.091.344</u>	<u>48.304.244</u>	<u>319</u>	<u>52.395.907</u>
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	<u>(37.775)</u>	<u>(954.008)</u>	<u>(178.412)</u>	<u>(1.170.195)</u>
	<u>4.053.569</u>	<u>47.350.236</u>	<u>(178.093)</u>	<u>51.225.712</u>

Ramo técnico	2011			
	Seguro directo	Resseguro aceite	Resseguro cedido	Total
Acidentes e doença	24.109	-	(19.511)	4.598
Responsabilidade civil geral	1.694	-	(1.729)	(35)
Protecção jurídica	1.939	1.140.713	-	1.142.652
Assistência	4.373.192	46.719.178	-	51.092.370
Perdas pecuniárias diversas	876.990	6.463	18.266	901.719
	<u>5.277.924</u>	<u>47.866.354</u>	<u>(2.974)</u>	<u>53.141.304</u>
Provisão para prémios não adquiridos (variação)	<u>(377.592)</u>	<u>(2.125.181)</u>	<u>(301.741)</u>	<u>(2.804.514)</u>
	<u>4.900.332</u>	<u>45.741.172</u>	<u>(304.715)</u>	<u>50.336.790</u>

6. CUSTOS COM SINISTROS, LÍQUIDOS DE RESSEGURO

Os custos com sinistros, líquidos de resseguro são analisados como segue:

	2012			Líquido
	Seguro directo	Resseguro aceite	Resseguro cedido	
Montantes pagos				
Prestações	1.943.612	26.293.509	(150.914)	28.086.207
Custos de gestão de sinistros imputados	1.078.933	9.710.396	-	10.789.328
Provisão para sinistros (variação)	(51.558)	1.814.848	35.558	1.798.848
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	2.970.987	37.818.753	(115.357)	40.674.383
	2011			
	Seguro directo	Resseguro aceite	Resseguro cedido	Líquido
Montantes pagos				
Prestações	2.453.914	28.089.457	(205.567)	30.337.805
Custos de gestão de sinistros imputados	996.193	8.965.741	-	9.961.934
Provisão para sinistros (variação)	(110.042)	1.066.960	(35.542)	921.376
Custos com sinistros, líquidos de resseguro	3.340.065	38.122.158	(241.109)	41.221.115

Ver Nota 8 com detalhe dos custos imputados às funções.

(Valores expressos em euros, excepto quando indicado)

Informação qualitativa e quantitativa acerca dos rácios de sinistralidade, rácios de despesas, rácios combinados de sinistros e despesas e rácio operacional (resultante da consideração dos rendimentos obtidos com investimentos afectos aos vários segmentos), calculados sem dedução do resseguro cedido:

	2012		2011	
	Seguro directo	Resseguro aceite	Seguro directo	Resseguro aceite
Conta Técnica				
Prémios adquiridos	4.053.569	47.350.236	4.900.332	45.741.172
Proveitos técnicos	4.053.569	47.350.236	4.900.332	45.741.172
Custos com sinistros	2.970.987	37.818.753	3.340.065	38.122.158
Participação nos resultados	26.047	132.328	23.081	251.166
Custos de exploração	724.264	7.331.796	949.648	7.508.002
Custos técnicos	3.721.298	45.282.877	4.312.795	45.881.326
Resultado financeiro	64.454	580.086	65.859	373.203
Margem técnica	396.725	2.647.444	653.397	233.049
Rácio de sinistralidade (1)	73,3%	79,9%	68,2%	83,3%
Rácio de despesas (2)	18,5%	15,8%	19,9%	17,0%
Rácio combinado (3)	91,8%	95,6%	88,0%	100,3%
Rácio operacional (4)	90,2%	94,4%	86,7%	99,5%

1) Rácio da taxa de sinistralidade mede o peso dos sinistros em relação aos prémios adquiridos.

2) Rácio de despesa mede o peso do custo com participação nos resultados e dos custos de exploração em relação aos prémios adquiridos

3) Rácio combinado mede a estrutura dos custos técnicos face aos prémios adquiridos.

4) Rácio operacional mede o peso dos custos técnicos, líquidos do resultado financeiro, em relação aos prémios adquiridos.

7. PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS, LÍQUIDA DE RESSEGURO

A rubrica de participação nos resultados, líquida de resseguro, respeita ao acréscimo efectuado pela Companhia relativamente aos montantes estimados atribuíveis aos tomadores de seguros em contratos de seguro com participação nos resultados (ver adicionalmente a Nota 24).

	2012			
	Saldo inicial	Montantes pagos	Reforço	Saldo final
Ramos técnicos				
Acidentes e doença	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Protecção jurídica	-	-	-	-
Assistência	301.204	(204.496)	158.375	255.083
Perda pecuniárias diversas	-	-	-	-
	<u>301.204</u>	<u>(204.496)</u>	<u>158.375</u>	<u>255.083</u>
	2011			
	Saldo inicial	Montantes pagos	Reforço	Saldo final
Ramos técnicos				
Acidentes e doença	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Protecção jurídica	-	-	-	-
Assistência	562.081	(535.125)	274.247	301.204
Perda pecuniárias diversas	-	-	-	-
	<u>562.081</u>	<u>(535.125)</u>	<u>274.247</u>	<u>301.204</u>

No exercício de 2012 existiu uma renegociação de um tratado de resseguro o qual deixou de deter participação nos resultados.

8. CUSTOS E GASTOS DE EXPLORAÇÃO LÍQUIDOS

Os custos e gastos de exploração líquidos são analisados como segue:

	2012		Total	2011
	Conta técnica	Conta não técnica		
Custos de aquisição				
Comissões de mediação e de resseguro aceite	1.638.067	-	1.638.067	1.639.965
Custos imputados	2.462.191	-	2.462.191	2.472.283
Total de custos de aquisição	4.100.258	-	4.100.258	4.112.249
Custos de aquisição diferidos (variação)	(98.759)	-	(98.759)	(468.992)
Custos administrativos				
Custos imputados	4.054.562	-	4.054.562	4.814.937
Outros	-	-	-	(543)
Total de custos administrativos	4.054.562	-	4.054.562	4.814.394
Custos e gastos de exploração líquidos	8.056.060	-	8.056.060	8.457.651

Os custos são inicialmente contabilizados pela sua natureza (custos indirectos) e posteriormente imputados, tendo por base uma chave de repartição, a Custos de aquisição, a Custos administrativos, a Custos com sinistros e a Custos associados à gestão dos investimentos.

A metodologia de imputação utilizada para 2012 foi consistente com aquela adoptada em 2011.

Os custos por natureza imputados por função são analisados como segue:

	2012	2011
Custos com sinistros	10.789.328	9.961.934
Custos de aquisição	2.462.191	2.472.283
Custos administrativos	4.054.562	4.814.937
Custos de gestão dos investimentos	181.094	142.908
Total	17.487.175	17.392.062

A desagregação por natureza é analisada como segue:

	2012	2011
Custos com o pessoal	11.308.968	10.397.236
Fornecimentos e serviços externos:		
Royalties e management fees	885.526	870.972
Publicidade e propaganda	780.293	749.484
Deslocações, estadas e despesas de representação	386.444	764.353
Trabalhos especializados	379.976	851.558
Comunicações	655.941	582.135
Rendas e alugueres:		
Aluguer de edifícios	583.233	570.308
Outras rendas e alugueres	319.148	305.869
Conservação e reparação	581.474	678.075
Electricidade	146.521	113.484
Seguros	94.294	76.350
Limpeza, higiene e conforto	83.346	85.256
Avenças e honorários	130.932	111.387
Outros	310.446	217.275
	<u>5.337.575</u>	<u>5.976.507</u>
Impostos e taxas	152.029	233.236
Amortizações/depreciações do exercício:		
Activos intangíveis	150.028	163.570
Activos tangíveis	357.482	478.606
	<u>507.510</u>	<u>642.176</u>
Comissões de administração de valores (investimentos)	181.094	142.908
Total	<u>17.487.175</u>	<u>17.392.062</u>

Os custos com pessoal decompõem-se como segue:

	2012	2011
Remunerações		
- dos órgãos sociais	1.041.170	1.020.515
- do pessoal	7.367.664	6.295.987
Encargos sobre remunerações	1.583.286	1.458.471
Benefícios pós-emprego		
- Planos de contribuição definida	208.235	144.742
- Planos de benefícios definidos	-	114.369
Outros benefícios a longo prazo dos empregados	97.691	-
Seguros obrigatórios	644.823	564.853
Outros gastos com pessoal (essencialmente, indemnizações)	366.101	798.299
Total	<u>11.308.968</u>	<u>10.397.236</u>

No exercício de 2012 foi constituído um custo no montante de 97.691 euros relativo às responsabilidades actuais com o prémio de permanência, de acordo com o estabelecido no CCT de 23 de Dezembro de 2011.

Em 31 de Dezembro de 2012 o Conselho de Administração é composto por 6 elementos, dos quais 2 com funções executivas (Manrico Iachia e Carlos Manuel Espírito Santo Beirão da Veiga).

No exercício de 2011, o Conselho de Administração era composto por 7 elementos, dos quais 3 com funções executivas (Manrico Iachia, Carlos Manuel Espírito Santo Beirão da Veiga e João Carlos Nunes Ferverença Silva).

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 não existiam créditos concedidos pelo Grupo aos membros do Conselho de Administração.

No exercício de 2012 os membros do Conselho de Administração auferiram remunerações no montante de 1.041.170 euros (2011: 1.020.515 euros). Os Administradores executivos Manrico Iachia, Carlos Manuel Espírito Santo Beirão da Veiga e João Carlos Nunes Ferverença da Silva auferiram remunerações no montante de 478.900 euros, 375.270 euros e 187.000 euros, respectivamente (2011: 467.940 euros, 277.510 euros e 275.065 euros). A Companhia incorreu ainda em custos com o Conselho de Administração relativos a outros Benefícios de Curto Prazo no montante de 102.290 euros (2011: 132.096 euros) e a Benefícios Pós-emprego (Fundo de Pensões) no montante de 37.013 euros (2011: 150.854 euros).

(Valores expressos em euros, excepto quando indicado)

Durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 a Companhia teve, em média, 335 e 311 trabalhadores ao seu serviço, respectivamente, distribuídos pelas seguintes categorias profissionais:

	2012	2011
Dirigentes executivos	2	3
Quadros superiores	10	6
Quadros médios	23	20
Profissionais altamente qualificados	43	33
Profissionais qualificados	257	249
Total	<u>335</u>	<u>311</u>

Adicionalmente, apresenta-se o número de trabalhadores por categoria profissional no final dos exercícios de 2012 e 2011:

Categoria Profissional	2012	2011
Director Coordenador	1	1
Director de Serviços	3	3
Director Adjunto	6	4
Chefe de Serviços	5	9
Secretárias	5	6
Sub-Chefe de Secção	13	17
Escriturários	207	148
Assistentes Comerciais	7	6
Programador Informática	5	5
Escriturário / Estagiário	57	125
Técnico de Grau III	1	3
Técnico de Grau II	-	1
Técnico de Grau I	17	11
	<u>327</u>	<u>339</u>

Os serviços prestados pelos Revisores Oficiais de Contas são registados nas rubricas de trabalhos especializados. Durante o ano de 2012 foram facturados 31.500 euros (2011: 37.000 euros) para efeito do trabalho de revisão legal das contas individuais e consolidadas e adicionalmente da revisão aos mapas de reporte prudencial submetidos ao ISP.

O Conselho Fiscal auferiu 11.000 euros durante o ano de 2012 (2011: 11.000 euros).

9. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS AOS EMPREGADOS

Benefícios de curto prazo – ver nota 8.

Benefícios pós-emprego:

Plano de benefício definido

Face às responsabilidades assumidas pela Companhia no âmbito do Contrato Colectivo de Trabalho do Sector Segurador, de 22 de Junho de 1995 foi constituído um Fundo de Pensões CCT, que se destina a cobrir as responsabilidades com pensões de reforma por velhice, invalidez e sobrevivência por serviços passados do pessoal no activo admitido até 22 de Junho de 1995.

O plano de pensões corresponde a um plano de benefícios definidos, uma vez que define os critérios de determinação do valor da pensão que um empregado receberá durante a reforma, dependente de um ou mais factores como sejam a idade, anos de serviço no sector e retribuição. O fundo de pensões é gerido pela ESAF - Espírito Santo Fundo de Pensões.

De acordo com os estudos actuariais efectuados pela ESAF - Espírito Santo Fundo de Pensões, as responsabilidades por serviços passados do pessoal no activo admitido até 22 de Junho de 1995 relativas a complementos de pensões de reforma, calculadas com referência a 31 de Dezembro de 2011, ascendiam a 2.108.042 euros (2010: 1.948.251 euros). Estas responsabilidades referem-se a 15 colaboradores (incluindo 2 administradores).

Para efeitos de aplicação da IAS 19 – Benefícios aos empregados, o custo associado a planos de benefícios atribuídos aos empregados deve ser reconhecido quando o respectivo benefício é auferido, isto é, à medida que o empregado vai prestando serviços, sendo que o diferencial entre o valor das responsabilidades assumidas e os activos adquiridos para cobrir essa responsabilidade deverá estar relevado no balanço da Companhia.

Note-se que o custo, para efeito da IAS 19, não corresponde necessariamente ao valor que a Companhia entrega anualmente ao Fundo, sendo dado pelo somatório do custo dos serviços correntes, com o custo dos juros e com o resultado esperado dos activos.

O método de cálculo do custo do serviço corrente e do valor actual das responsabilidades por serviços passados dos participantes dos benefícios de reforma por velhice e de sobrevivência diferida usado no cenário de financiamento é o “Unit Credit” Projectado.

Para reconhecer os ganhos/perdas actuariais a Companhia optou pelo método do “SORIE”, em que os ganhos e perdas actuariais de cada ano são reconhecidos em rubrica específica do capital próprio. Face ao exposto na nota 2, com a entrada em vigor do novo CCT, a Companhia transferiu o saldo a 31 de Dezembro de 2011 das perdas actuariais acumuladas reconhecidas na rubrica de “Outras reservas” para a rubrica de “Resultados transitados”, no montante de 401.117 euros.

Os principais pressupostos considerados nos estudos actuariais para 31 de Dezembro de 2011 são como segue:

	<u>2011</u>
Tábua de mortalidade	GKF/95
Taxa de rendimento do Fundo	5,00%
Taxa técnica de juro	5,00%
Taxa de crescimento das pensões	1,75%
Taxa de crescimento salarial	3,00%

A responsabilidade passada com benefícios pós-emprego é decomposta como segue:

	<u>2011</u>
Valor actual da responsabilidade por serviços passados	2.108.042
Responsabilidade com benefícios pós-emprego	<u><u>2.108.042</u></u>

O valor actual da responsabilidade com benefícios pós-emprego diz respeito apenas a colaboradores que estão no activo, não existindo assim pensionistas ou pré-reformados.

A reconciliação dos saldos de abertura e de fecho do valor presente da obrigação de benefícios definidos é como segue:

	<u>2011</u>
Responsabilidades em 1 de Janeiro	1.948.251
Custo do serviço corrente	113.605
Custo dos juros	97.413
(Ganhos) e perdas actuariais nas responsabilidades	<u>(51.226)</u>
Responsabilidades em 31 de Dezembro	<u><u>2.108.043</u></u>

A obrigação com benefícios definidos, a qual em 31 de Dezembro de 2011 ascende a 2.108.042 euros, encontra-se financiada por um Fundo de Pensões no valor de 2.108.042 euros, o que representa um nível de financiamento de 100%.

A reconciliação dos saldos de abertura e de fecho do justo valor dos activos do plano é como segue:

	<u>2011</u>
Saldo do Fundo em 1 de Janeiro	1.948.251
Retorno esperado dos activos do plano	96.649
Ganhos e (perdas) actuariais	<u>(170.762)</u>
Contribuições do empregador	233.904
Saldo do Fundo em 31 de Dezembro	<u><u>2.108.042</u></u>

Indicação do gasto total reconhecido na conta de ganhos e perdas do exercício corrente (decomposto como segue):

	<u>2011</u>
Custo de serviços correntes	113.605
Custo de juros	97.413
Retorno esperado dos activos do plano	<u>(96.649)</u>
Total	<u><u>114.369</u></u>

O gasto do exercício de 114.369 euros, foi imputado a gastos com gestão de sinistros em 32.023 euros, a gastos administrativos em 24.018 euros e a gastos de aquisição em 58.328 euros.

O retorno real dos activos do plano foi uma perda de 74.113 euros.

A carteira de activos do Fundo de Pensões é composta da seguinte forma (por classe de activos):

	<u>2011</u>
Títulos rendimento variável	16,70%
Títulos rendimento fixo	72,80%
Terrenos e edifícios	4,10%
Outros	<u>6,40%</u>
Total dos activos do Fundo	<u><u>100,00%</u></u>

A rentabilidade efectiva dos activos que constituem o plano em 2011 foi de -1.58 %.

A política de investimentos do Fundo que se encontra definida cumpre com os limites previstos na Norma Regulamentar nº9/2007-R.

Reconciliação do valor presente da obrigação de benefícios definidos e do justo valor dos activos do plano com os activos e passivos reconhecidos no balanço:

	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Valor presente da obrigação de benefícios definidos	2.108.042	1.948.251	1.075.060	1.075.647
Justo valor dos activos do plano	<u>2.108.042</u>	<u>1.948.251</u>	<u>1.481.156</u>	<u>1.255.971</u>

Efeito do exercício

	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Ajustamentos de experiência resultantes dos passivos do plano	51.226	(753.090)	124.907	379.929
Ajustamentos de experiência resultantes dos activos do plano	<u>(170.762)</u>	<u>(64.948)</u>	<u>69.643</u>	<u>(176.007)</u>
	<u>(119.536)</u>	<u>(818.038)</u>	<u>194.550</u>	<u>203.922</u>

Efeito acumulado

	<u>2011</u>	<u>2010</u>	<u>2009</u>	<u>2008</u>
Ajustamentos de experiência resultantes dos passivos do plano	(190.423)	(241.649)	511.441	386.534
Ajustamentos de experiência resultantes dos activos do plano	<u>(355.316)</u>	<u>(184.554)</u>	<u>(119.606)</u>	<u>(189.249)</u>
	<u>(545.739)</u>	<u>(426.203)</u>	<u>391.835</u>	<u>197.285</u>

Plano de Reforma Individual (PIR)

De acordo com o n.º 1 da cláusula 48º do novo CCT, “todos os trabalhadores no activo em efectividade de funções, com contratos de trabalho por tempo indeterminado, beneficiarão de um plano individual de reforma, em caso de reforma por velhice ou por invalidez concedida pela Segurança Social, o qual substitui o sistema de pensões de reforma previsto no anterior contrato colectivo de trabalho”. Ainda de acordo com o novo CCT no n.º 2 da cláusula 48º “o valor integralmente financiado das responsabilidades pelos serviços passados, calculado a 31 de Dezembro de 2011, relativo às pensões de reforma por velhice devidas aos trabalhadores no activo, admitidos até 22 de Junho de 1995, que estavam abrangidos pelo disposto na cláusula 51.ª, n.º 4, do CCT, cujo texto consolidado foi publicado no Boletim do Trabalho e Emprego, n.º 32, de 29 de Agosto de 2008, será convertido em contas individuais desses trabalhadores, nos termos e de acordo com os critérios que estiverem previstos no respectivo fundo de pensões ou seguro de vida, integrando o respectivo plano individual de reforma”.

Face ao exposto, o plano de benefícios definidos será liquidado e o saldo das responsabilidades integralmente financiadas a 31 de Dezembro de 2011 será transferido para um plano individual de reforma, em formato ainda por definir.

A primeira contribuição anual do empregador para o plano individual de reforma verificar -se -á:

- a) Para os trabalhadores no activo admitidos na actividade seguradora antes de 22 de Junho de 1995 — no ano de 2015;
- b) Para os trabalhadores no activo admitidos na actividade seguradora no período compreendido entre 22 de Junho de 1995 e 31 de Dezembro de 2009 — no ano de 2012;
- c) Para os trabalhadores no activo admitidos depois de 1 de Janeiro de 2010 — no ano seguinte àquele em que completem dois anos de prestação de serviço efectivo na empresa, sem prejuízo do disposto no número seguinte.

De acordo com o Anexo V ao novo CCT, o valor anual das contribuições do empregador serão as seguintes:

Ano civil	Percentagem de contribuição para o PIR
2012	1,00
2013	2,25
2014	2,50
2015	2,75
2016	3,00
2017 e seguintes	3,25

Plano de contribuição definida

Em 31 de Dezembro de 2012 a Companhia encontra-se a finalizar o processo de adequação dos Fundos de Pensões existentes para a aquisição de unidades de participação num novo Fundo de Pensões de contribuição definida com capital garantido gerido pela ESAF - Espírito Santo Fundo de Pensões que respeite o novo CCT celebrado em 23 de Dezembro de 2011.

No exercício de 2012 a Companhia assumiu a responsabilidade de efectuar uma contribuição no montante de 208.235 Euros, montante que apenas será entregue para o plano de pensões no decorrer de 2013.

No exercício de 2011 a contribuição para o plano de contribuição definida existente foi de 144.742 euros.

A quantia dos activos deste novo plano totaliza 2.942.569 euros sendo que o mesmo agrega os activos existentes dos Fundos de Pensões existentes anteriormente. No exercício de 2012 a rentabilidade efectiva agregada dos activos que constituirão o novo plano de 9,79%.

No exercício de 2011 a quantia dos activos do plano de contribuição definida é 523.323 euros, sendo a rentabilidade efectiva dos activos que constituem o plano de -1.58 %.

Outros benefícios de longo prazo

Ao abrigo do novo CCT, a cláusula 41 contempla a obrigação de a Companhia atribuir aos colaboradores, mediante o cumprimento de determinados requisitos definidos na mesma cláusula, prémios de permanência pecuniários (colaboradores com idade inferior a 50 anos) ou a concessão de dias de licença com retribuição (colaboradores com idade superior ou igual a 50 anos).

Quando o trabalhador completar um ou mais múltiplos de cinco anos de permanência na Companhia, terá direito a um prémio pecuniário de valor equivalente a 50% do seu ordenado efectivo mensal. Após o trabalhador completar 50 anos de idade e logo que verificados os períodos mínimos de permanência na empresa a seguir indicados, o prémio pecuniário é substituído pela concessão de dias de licença com retribuição em cada ano, de acordo com o esquema seguinte:

- a) Três dias, quando perfizer 50 anos de idade e 15 anos de permanência na Companhia;
- b) Quatro dias, quando perfizer 52 anos de idade e 18 anos de permanência na Companhia ;
- c) Cinco dias, quando perfizer 54 anos de idade e 20 anos de permanência na Companhia .

10. RENDIMENTOS

Os rendimentos por categorias de activos financeiros são analisados como segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Rendimentos		
De juros de activos financeiros não valorizados ao justo valor por via de ganhos e perdas		
Activos financeiros disponíveis para venda		
Juros	597.608	599.963
Empréstimos Concedidos e Contas a Receber		
Juros	88.904	50.563
Depósitos em instituições de crédito		
Juros	81.228	60.306
	<u>767.740</u>	<u>710.832</u>
Outros		
Activos financeiros disponíveis para venda		
Dividendos	-	76.407
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos		
Dividendos	194.805	94.905
	<u>194.805</u>	<u>171.312</u>
Total	<u><u>962.545</u></u>	<u><u>882.144</u></u>

No exercício de 2012 a rubrica de “Rendimentos – Outros” apresenta uma variação positiva de 23.493 euros, referente ao aumento dos dividendos distribuídos pela filial Europ Assistance – Serviços de Assistência Personalizados, S.A.

11. GASTOS FINANCEIROS

A rubrica de gastos financeiros respeita exclusivamente a custos operacionais imputados à função investimentos (ver nota 8) no valor de 181.094 euros (2011: 142.908 euros).

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Gastos de investimentos		
Custos imputados - ver nota 8 - comissão de administração de valores (instrumentos financeiros)	181.094	142.908
	<u>181.094</u>	<u>142.908</u>

12. GANHOS LÍQUIDOS DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS NÃO VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

Os ganhos líquidos de activos e passivos financeiros não valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas decompõem-se, em 2012 e 2011, como segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Activos financeiros disponíveis para venda		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	142.685	171.813
Acções e outros títulos de rendimento variável	46.868	(479.360)
	<u>189.554</u>	<u>(307.546)</u>

13. GANHOS LÍQUIDOS DE ACTIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS VALORIZADOS AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

Em 2012 e 2011, os ganhos líquidos de activos e passivos financeiros valorizados ao justo valor através de ganhos e perdas apresentam a seguinte decomposição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Ganhos líquidos de activos financeiros detidos para negociação	-	14.268
Ganhos líquidos de activos e passivos classificados no reconhecimento inicial ao justo valor através de ganhos e perdas	18.729	36.737
	<u>18.729</u>	<u>51.005</u>

14. DIFERENÇAS DE CÂMBIO

Esta rubrica inclui os resultados decorrentes da reavaliação cambial de activos monetários expressos em moeda estrangeira de acordo com a política contabilística descrita na nota 2 e é analisada com segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Activos financeiros disponíveis para venda	<u>(72.599)</u>	<u>106.841</u>
	<u>(72.599)</u>	<u>106.841</u>

A rubrica “Diferenças de câmbio” respeita integralmente a variações cambiais ocorridas em títulos de dívida detidos expressos em dólares norte americanos. Ver anexo I com detalhe dos activos financeiros.

15. OUTRAS PROVISÕES (VARIAÇÃO)

O saldo apresentado na rubrica Outras provisões (variação) é respeitante aos ajustamentos efectuados aos recibos por cobrar e às dívidas de cobrança duvidosa.

Em 2012 e 2011 a variação decompõem-se como segue:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Outras provisões (variação)		
Tomadores de seguros	(102.638)	47.771
Outros devedores	<u>(18.752)</u>	<u>(20.964)</u>
	<u>(121.390)</u>	<u>26.807</u>

16. OUTROS RENDIMENTOS/GASTOS

No exercício de 2012 e 2011 a rubrica “Outros rendimentos/gastos” apresenta a seguinte composição:

	<u>2012</u>	<u>2011</u>
Outros gastos		
Gastos e perdas não recorrentes	(108.243)	(113.410)
Gastos e perdas financeiras	(24.522)	(22.030)
Perdas em activos tangíveis	(956)	-
Outros rendimentos		
Prestação de serviços de gestão e assistência técnica	848.805	1.299.003
Reversão de outras provisões	189.083	-
Rendimentos e ganhos financeiros	54.328	297.360
Ganhos em outros activos tangíveis	510	(0)
	<u>959.006</u>	<u>1.460.923</u>

No exercício de 2012, a rubrica “Outros rendimentos” inclui um montante relativo aos contratos de prestação de serviços celebrados com as filiais EA Brasil e EA Argentina e a associada EA Chile, enquadrando a prestação de serviços de gestão e assistência técnica no âmbito do qual se receberam montantes de 599.134 euros (2011: 959.990 euros), 106.010 euros (2011: 149.943 euros) e 39.536 euros (2011: 31.032 euros), respectivamente.

17. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E DEPÓSITOS À ORDEM

O saldo de Caixa e seus equivalentes em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 é como segue:

	2012	2011
Caixa	5.694	5.795
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	3.005.581	4.541.370
Caixa e seus equivalentes e depósitos à ordem	3.011.276	4.547.165

18. INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

A empresa-mãe da Companhia é a Europ Assistance Holding França (ver nota 32).

A empresa-mãe do Grupo Europ-Assistance é a Assicurazioni Generali Spa, que se encontra sediada em Itália.

Os investimentos financeiros nas filiais encontram-se valorizados ao seu custo de aquisição. A Companhia optou por valorizar estes investimentos ao custo de aquisição, perante a inexistência de um preço cotado num mercado activo.

A decomposição desta rubrica é a seguinte:

	2012	2011
Partes de capital em empresas filiais		
Europ Assistance - Serviços de Assistência Personalizados, S.A.	249.750	249.750
Ponte Alta, SGPS, Unipessoal, Lda.	400.000	400.000
	<u>649.750</u>	<u>649.750</u>
Empréstimos e contas a receber		
Prestações Suplementares concedidas à Ponte Alta, SGPS, Unipessoal, Lda.	3.000.000	3.000.000
	<u>3.000.000</u>	<u>3.000.000</u>
	<u>3.649.750</u>	<u>3.649.750</u>

Os dados financeiros das empresas filiais em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 são analisados como segue:

Entidade	Percentagem de participação	2012				2011			
		Capitais próprios	Resultado do exercício	Custo de aquisição	Valor de balanço da filial	Capitais próprios	Resultado do exercício	Custo de aquisição	Valor de balanço da filial
Europ Assistance.Serviços de Assistência Personalizados, S.A	99,9%	954.667	646.124	249.750	3.566.506	503.542	205.881	249.750	2.654.489
Ponte Alta, SGPS, Unipessoal, Lda*	100%	9.915.754	872.897	400.000	9.965.619	8.121.698	1.245.069	400.000	8.229.336

* Demonstrações financeiras não auditadas (pressuposto: participações valorizadas ao custo)

Através das suas filiais Ponte Alta e Primeira Cruz (detida em 100% através da Ponte Alta), a Companhia detém participações em subsidiárias na Argentina e Macau, numa associada no Chile e num empreendimento conjunto no Brasil, conforme indicado na tabela que se segue:

Entidade	Percentagem de participação	
	2012	2011
Europ Assistance Macau	70,00%	70,00%
Europ Assistance Argentina	56,10%	56,10%
Europ Assistance Chile	25,50%	25,50%
EABS Serviços de Assistência e Participações, SA (Brasil)	50,00%	50,00%

Considerando a informação financeira disponível à data das entidades acima referidas, detidas indirectamente pela Companhia através da sua subsidiária Ponte Alta, não constatámos indícios de imparidade no valor dos investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos.

19. ACTIVOS FINANCEIROS CLASSIFICADOS NO RECONHECIMENTO INICIAL AO JUSTO VALOR ATRAVÉS DE GANHOS E PERDAS

Encontram-se classificados nesta rubrica títulos que a Companhia, como consequência da aplicação da IAS 39 e de acordo com a opção tomada e a estratégia documentada de gestão do risco, considera que (i) são geridos e o seu desempenho é avaliado numa base de justo valor e/ou (ii) contêm instrumentos financeiros derivados embutidos.

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 é analisado como segue:

	2012	2011
Activos financeiros ao justo valor por via de resultados		
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo	-	855.998
	-	855.998

Ver nota 34 para efeitos de classificação dos activos nos níveis definidos na IFRS 7.

20. ACTIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 é analisado como segue:

2012						
	Custo amortizado (1)	Juro decorrido	Imparidade acumulada	Reserva de justo valor	Resultados	Valor de balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De dívida pública	4.811.777	27.750	-	153.087	-	4.992.614
De outros emissores públicos	5.375.684	54.938	-	321.762	-	5.752.384
De outros emissores	17.977.838	158.217	-	541.998	(72.599)	18.605.454
Acções	-	-	-	-	-	-
Outros títulos de rendimento variável	3.863.148	-	-	300.050	-	4.163.198
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	32.028.447	240.905	-	1.316.897	(72.599)	33.513.650
2011						
	Custo amortizado (1)	Juro decorrido	Imparidade acumulada	Reserva de justo valor	Resultados	Valor de balanço
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo						
De dívida pública	7.493.527	170.642	-	(290.975)	-	7.373.194
De outros emissores públicos	4.199.324	24.122	-	(23.233)	-	4.200.213
De outros emissores	11.029.288	74.556	-	(256.231)	106.871	10.954.484
Acções	23.835	-	-	(8.831)	-	15.004
Outros títulos de rendimento variável	576.405	-	-	255.394	-	831.799
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	23.322.379	269.320	-	(323.876)	106.871	23.374.694

(1) Ou custo de aquisição no caso de acções e outros títulos de rendimento variável.

(*) O montante de (72.599) euros e 106.871 euros reconhecido em resultados nos exercícios de 2012 e 2011 resulta de diferenças cambiais de títulos detidos em moeda estrangeira (ver nota 14).

É efectuada também uma análise de maturidade dos activos financeiros, a 31 de Dezembro de 2012 e 2011, cujo resultado foi o seguinte:

(em milhares de euros)						
2012	< 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	> 5 anos	S/maturidade	Total
Activos disponíveis para venda	551	1.879	11.351	15.569	4.163	33.514

(em milhares de euros)						
2011	< 1 ano	1 - 2 anos	2 - 5 anos	> 5 anos	S/maturidade	Total
Activos disponíveis para venda	3.511	5.164	7.659	5.720	1.320	23.375

Ver nota 34 para efeitos de classificação dos activos nos níveis definidos na IFRS 7.

21. EMPRÉSTIMOS E CONTAS A RECEBER

A saldo da rubrica “Empréstimos e contas a receber” corresponde na sua totalidade a depósitos junto de empresas cedentes. Em 2012 e 2011 o total a receber junto de empresas cedentes ascendia a 2.162.950 euros e 2.625.906 euros, respectivamente.

22. OUTROS ACTIVOS TANGÍVEIS

No reconhecimento inicial dos valores dos outros activos tangíveis, a Companhia capitaliza o valor de aquisição adicionado de quaisquer encargos necessários para o funcionamento correcto de um dado activo, de acordo com o disposto na IAS 16. Ao nível da mensuração subsequente, a Companhia opta pelo estabelecimento de uma vida útil que seja capaz de espelhar o tempo estimado de obtenção de benefícios económicos, depreciando o bem por esse período. A vida útil de cada bem é revista a cada data de relato financeiro.

Sempre que haja evidência objectiva que o valor escriturado dos activos fixos tangíveis excede o seu valor realizável, é reconhecida uma perda por imparidade pela diferença, de acordo com a metodologia proposta pela IAS 36 em articulação com a IAS 16.

Os movimentos ocorridos durante o ano de 2012 são analisados como segue:

RUBRICAS	2012							
	Saldo inicial		Aquisições	Transferências		Depreciações do exercício		Saldo final (valor líquido)
	Valor bruto	Depreciações		e abates	Alienações	Reforço	Regularizações	
Equipamento administrativo	587.632	446.983	19.208	-	4.490	41.076	4.490	118.782
Máquinas e ferramentas	337.876	256.784	5.546	42.553	3.273	31.749	45.826	54.888
Equipamento informático	941.094	916.249	22.549	401.650	-	29.599	401.650	17.796
Instalações interiores	755.681	478.137	52.406	84.106	-	77.661	83.925	252.107
Material de transporte	40.885	40.885	-	-	-	-	-	-
Equipamento hospitalar	24.881	22.311	-	-	-	857	-	1.714
Outras imobilizações corpóreas	286.862	61.387	9.840	1.262	880	227	2.142	235.087
Despesas em edifícios arrendados	1.606.508	1.340.010	78.468	-	-	176.315	-	168.651
Total	4.581.418	3.562.746	188.017	529.571	8.643	357.482	538.032	849.025

(Valores expressos em euros, excepto quando indicado)

Os movimentos ocorridos durante o ano de 2011 são analisados como segue:

RUBRICAS	2011							
	Saldo inicial		Aquisições	Transferências		Depreciações do exercício		Saldo final (valor líquido)
	Valor bruto	Depreciações		e abates	Alienações	Reforço	Regularizações	
Equipamento administrativo	558.235	401.777	29.397	-	-	45.206	-	140.649
Máquinas e ferramentas	337.876	226.148	-	-	-	30.636	-	81.092
Equipamento informático	892.726	753.841	48.368	-	-	162.409	-	24.845
Instalações interiores	674.621	409.040	81.059	-	-	69.097	-	277.543
Material de transporte	40.885	40.885	-	-	-	-	-	-
Equipamento hospitalar	24.881	21.454	-	-	-	857	-	2.570
Outras imobilizações corpóreas	286.862	59.139	-	-	-	2.249	-	225.474
Despesas em edifícios arrendados	1.584.346	1.171.858	22.162	-	-	168.153	-	266.498
Total	4.400.431	3.084.140	180.987	-	-	478.606	-	1.018.672

Considera-se que o valor contabilístico relevado não difere significativamente do valor de realização dos activos tangíveis detidos. Durante os exercícios de 2012 e 2011 não foram registadas quaisquer perdas de imparidade nos activos tangíveis.

23. OUTROS ACTIVOS INTANGÍVEIS

Os custos incorridos com a aquisição de software são capitalizados, assim como as despesas adicionais suportadas pela Companhia necessárias à sua implementação. Estes custos são amortizados de forma linear ao longo da vida útil esperada destes activos (3 anos).

Os custos com a manutenção de programas informáticos são reconhecidos como custos quando incorridos.

Os movimentos ocorridos durante o ano de 2012 são analisados como segue:

Rubricas	2012							
	Saldo inicial		Aquisições	Transferências		Amortizações do exercício		Saldo final (valor líquido)
	Valor bruto	Amortizações		e abates	Alienações	Reforço	Regularizações	
Despesas com aplicações informáticas	1.266.279	1.140.195	108.767	481.035	-	150.028	480.515	84.304
Total	1.266.279	1.140.195	108.767	481.035	-	150.028	480.515	84.304

Os movimentos ocorridos durante o ano de 2011 são analisados como segue:

Rubricas	2011							
	Saldo inicial		Aquisições	Transferências		Amortizações do exercício		Saldo final (valor líquido)
	Valor bruto	Amortizações		e abates	Alienações	Reforço	Regularizações	
Despesas com aplicações informáticas	1.194.596	976.625	71.683	-	-	163.570	-	126.085
Total	1.194.596	976.625	71.683	-	-	163.570	-	126.085

Durante os exercícios de 2012 e 2011 não foram registadas quaisquer perdas de imparidade nos activos intangíveis.

24. PROVISÕES TÉCNICAS DE SEGURO DIRECTO, RESSEGURO ACEITE E CEDIDO

À data de 31 de Dezembro de 2012 e 2011 o saldo desta rubrica é analisado como segue:

	2012			2011		
	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total
Provisão para prémios não adquiridos	19.594.073	(436.940)	19.157.133	18.701.049	(615.352)	18.085.697
Provisão para sinistros	8.397.657	(40.087)	8.357.570	6.634.366	(75.644)	6.558.722
Provisão para participação nos resultados	255.083	-	255.083	301.204	-	301.204
Total de provisões técnicas	28.246.812	(477.027)	27.769.786	25.636.619	(690.996)	24.945.623

A provisão para prémios não adquiridos (PPNA) de seguro directo e resseguro aceite é reflectida no passivo, líquida dos custos de aquisição diferidos (CAD) e a provisão para prémios não adquiridos de resseguro cedido é reflectida no activo, sendo ambas analisadas como segue:

	2012			2011		
	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total
Acidentes e doença	2.296	-	2.296	2.991	-	2.991
Responsabilidade civil geral	477	-	477	538	-	538
Protecção jurídica	444.276	-	444.276	466.563	-	466.563
Assistência	16.729.107	(73.363)	16.655.744	16.146.037	(128.231)	16.017.805
Perda pecuniárias diversas	2.417.918	(363.577)	2.054.340	2.084.920	(487.120)	1.597.800
Provisão para prémios não adquiridos	19.594.073	(436.940)	19.157.133	18.701.049	(615.352)	18.085.697

A provisão para sinistros corresponde aos custos com sinistros ocorridos e ainda por liquidar, à responsabilidade estimada para os sinistros ocorridos e ainda não reportados (IBNR) e aos custos directos e indirectos associados à sua regularização no final do exercício.

A provisão para sinistros inclui uma provisão estimada no montante de 1.609.413 euros (2011: 1.628.529 euros) relativa aos sinistros ocorridos antes do final do ano e ainda não reportados (IBNR). A provisão para IBNR corresponde a uma taxa genérica de 4% (2011: 4%) e para os custos de gestão de sinistros considerou-se uma taxa de 10% (2011: 8%) aplicada à provisão para sinistros declarados do exercício. O impacto da alteração da taxa aplicada no cálculo da provisão para gestão de sinistros ascendeu a 123.422 euros.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica é analisada como segue:

	2012			2011		
	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total
Acidentes e doença	600	-	600	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-	-	-
Protecção jurídica	759.135	-	759.135	761.386	-	761.386
Assistência	5.335.196	(13.380)	5.321.816	3.806.684	(36.004)	3.770.680
Perda pecuniárias diversas	76.200	(26.707)	49.493	66.964	(39.641)	27.323
Sub-total	6.171.131	(40.087)	6.131.044	4.635.034	(75.644)	4.559.390
Provisão para IBNR	1.609.413	-	1.609.413	1.628.529	-	1.628.529
Provisão para gestão de sinistros	617.112	-	617.112	370.803	-	370.803
Total da provisão para sinistros	8.397.657	(40.087)	8.357.570	6.634.366	(75.644)	6.558.722

O desenvolvimento da provisão para sinistros ocorridos em exercícios anteriores e dos seus reajustamentos, é analisado como segue:

	Provisão para sinistros em 31.12.2011 (1)	Sinistros* pagos em 2012 (2)	Provisão para sinistros* em 31.12.2012 (3)	Reajustamentos (3) + (2) - (1)
Acidentes e doença	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Protecção jurídica	822.297	442.940	365.926	(13.431)
Assistência	4.111.218	3.316.863	921.196	126.841
Perda pecuniárias diversas	72.321	24.126	-	(48.195)
Total	5.005.837	3.783.929	1.287.122	65.215

* Sinistros ocorridos no ano de 2011 e anteriores.

	Provisão para sinistros em 31.12.2010 (1)	Sinistros* pagos em 2011 (2)	Provisão para sinistros* em 31.12.2011 (3)	Reajustamentos (3) + (2) - (1)
Acidentes e doença	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Protecção jurídica	513.840	335.531	202.609	24.300
Assistência	5.086.442	3.669.135	192.861	(1.224.446)
Perda pecuniárias diversas	77.166	57.069	-	(20.097)
Total	5.677.448	4.061.735	395.470	(1.220.243)

* Sinistros ocorridos no ano de 2010 e anteriores.

A determinação dos custos com sinistros a 31 de Dezembro de 2012 é analisada como segue:

	2012			
	Montantes Pagos - prestações (1)	Montantes Pagos - custos de gestão de sinistros imputados (2)	Varição da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4) = (1) + (2) + (3)
Acidentes e doença	1.850	1.356	795	4.001
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Protecção jurídica	585.017	321.452	(5.670)	900.799
Assistência	27.154.376	10.458.072	1.745.630	39.358.078
Perda pecuniárias diversas	495.877	8.449	22.534	526.861
Total	28.237.121	10.789.328	1.763.290	40.789.740

A determinação dos custos com sinistros a 31 de Dezembro de 2011 é analisada como segue:

	2011			
	Montantes Pagos - prestações (1)	Montantes Pagos - custos de gestão de sinistros imputados (2)	Varição da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4) = (1) + (2) + (3)
Acidentes e doença	300	22	17	339
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Protecção jurídica	445.751	233.859	362.484	1.042.094
Assistência	29.852.268	9.722.514	584.879	40.159.661
Perda pecuniárias diversas	245.052	5.539	9.538	260.129
Total	30.543.371	9.961.934	956.918	41.462.223

A provisão para participação nos resultados é calculada contrato a contrato em função de uma percentagem sobre a conta técnica desse mesmo contrato e é reflectida no passivo.

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, esta rubrica é analisada como segue:

	2012			2011		
	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total	Seguro directo e resseguro aceite	Resseguro cedido	Total
Acidentes e doença	-	-	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-	-	-
Protecção jurídica	-	-	-	-	-	-
Assistência	255.083	-	255.083	301.204	-	301.204
Perda pecuniárias diversas	-	-	-	-	-	-
Provisão para participação nos resultados	255.083	-	255.083	301.204	-	301.204

A movimentação do ano analisa-se como segue:

	2012			
	Saldo inicial	Montantes pagos	Reforço	Saldo final
Acidentes e doença	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Protecção jurídica	-	-	-	-
Assistência	301.205	(204.497)	158.375	255.083
Perda pecuniárias diversas	-	-	-	-
	301.205	(204.497)	158.375	255.083

	2011			
	Saldo inicial	Montantes pagos	Reforço	Saldo final
Acidentes e doença	-	-	-	-
Responsabilidade civil geral	-	-	-	-
Protecção jurídica	-	-	-	-
Assistência	562.082	(535.125)	274.247	301.205
Perda pecuniárias diversas	-	-	-	-
	562.082	(535.125)	274.247	301.205

Conforme descrito na nota 7, no exercício de 2012 foi renegociado um tratado de resseguro sendo revistas as suas condições nomeadamente no que concerne à participação de resultados.

25. OUTROS DEVEDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 é analisado como segue:

	2012	2011
Contas a receber por operações de seguro directo		
Contas em cobrança	1.004.754	1.418.815
Ajustamento dos recibos por cobrar	(168.200)	(196.433)
	<u>836.553</u>	<u>1.222.382</u>
Contas a receber por outras operações de resseguro		
Ressegurados	4.077.585	4.800.894
Resseguradores	150.914	190.253
	<u>4.228.500</u>	<u>4.991.146</u>
Contas a receber por outras operações		
Refacturações a segurados	51.044	201.110
Outros devedores	927.696	1.131.091
Ajustamentos	(10.051)	(10.051)
	<u>968.689</u>	<u>1.322.150</u>
TOTAL GERAL	<u><u>6.033.742</u></u>	<u><u>7.535.678</u></u>

Em 31 de Dezembro de 2012 a rubrica “Outros devedores” inclui débitos em aberto pela prestação de serviços de gestão da EA Brasil e EA Argentina no valor de 317.156 Euros e 182.218 Euros, respectivamente (ver nota 16).

Em 31 de Dezembro de 2011 a rubrica “Outros devedores” inclui débitos em aberto pela prestação de serviços de gestão da EA Brasil, EA Argentina e EA Chile no valor de 815.991 Euros, 102.711 Euros e 31.032 Euros, respectivamente (ver nota 16).

26. ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS

A Companhia está sujeita ao regime fiscal estabelecido pelo Código do IRC – Imposto sobre o rendimento das Pessoas Colectivas. Adicionalmente, o conceito de impostos diferidos, resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de tributação do IRC, é aplicável sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

O cálculo do imposto corrente do exercício de 2012 foi apurado com base na taxa nominal de imposto de 25% (2011: 25%), aplicável à matéria colectável da Companhia. A derrama municipal aplicável ao lucro tributável ascende a 1,5% (2011: 1,5%). Adicionalmente, aplica-se a derrama estadual ao lucro tributável que exceda os 1,5 milhões de euros à taxa de 3%. A derrama estadual foi criada pela Lei nº 12-A/2010 – Programa de Estabilidade e Crescimento (PEC) – Dívida Pública, actualmente em vigor no art. 87º A do Código do IRC.

A Companhia tem sido objecto de inspecções anuais pela DGCI, cujo último relatório se refere ao exercício de 2008, não se constatando ajustamentos significativos às declarações entregues em exercícios anteriores.

As declarações de autoliquidação da Companhia ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas Autoridades Fiscais durante o período de quatro anos, o qual é alargado para 6 anos no caso de existirem prejuízos fiscais reportáveis. Assim, poderão vir a ter lugar eventuais liquidações adicionais de impostos devido essencialmente a diferentes interpretações da legislação fiscal. No entanto, é convicção da Administração da Companhia que não ocorrerão liquidações adicionais de valor significativo no contexto das Demonstrações Financeiras.

O imposto sobre os lucros dos exercícios de 2012 e 2011, desagrega-se da seguinte forma:

	2012	2011
Imposto do exercício	1.299.622	946.017
Imposto diferido	218.493	(200.182)
Impostos sobre lucros	<u>1.518.116</u>	<u>745.834</u>

A taxa de imposto efectiva do exercício ascende a 35,2% (2011: 30,3%). A reconciliação entre a taxa nominal de imposto e a taxa efectiva de imposto é como segue:

	2012	2011
Resultado antes de imposto	4.315.591	2.461.043
Taxa nominal (25%) + Derrama (1,5%)	1.143.632	652.176
Imposto sobre o rendimento	1.518.116	745.834
Corrente	1.299.622	946.017
Diferido	218.493	(200.182)
Taxa efectiva	35,2%	30,3%
Diferença entre taxa efectiva e nominal	(374.484)	(93.658)
Tributação autónoma	265.078	214.407
Derrama estadual	64.784	11.153
Anulação do I.D. para provisões não aceites fiscalmente	162.010	12.059
Reversão de provisões tributadas	(50.107)	-
Benefícios pós-emprego	-	(29.884)
Benefícios fiscais e outros ajustes	(81.209)	(102.881)
Dividendos pagos por filiais	(51.623)	(23.726)
Mais e menos-valias contabilísticas e fiscais	87.724	41.076
Excesso/Insuficiência de estimativa	23.339	(33.947)
Outras diferenças permanentes	(45.511)	5.400

Os impostos correntes e diferidos nos exercícios de 2012 e 2011 foram reconhecidos como segue:

	2012	2011
Imposto corrente	-	-
Imposto diferido		
Reserva de justo valor	(348.978)	85.827
Reserva por ganhos e perdas actuariais	-	144.621
Total de imposto registado em capital próprio	<u>(348.978)</u>	<u>230.448</u>

O montante incluído na reserva por ganhos e perdas actuariais foi no final do ano reclassificado para "Resultados transitados" (ver nota 9).

	2012	2011
Imposto corrente	1.299.622	946.017
Imposto diferido		
Origem e reversão de diferenças temporárias	218.493	(200.182)
Total de imposto registado em resultados	1.518.116	745.834

Os activos e passivos por impostos correntes reportados nos exercícios de 2012 e 2011 foram reconhecidos como segue:

	Impostos correntes			
	Activo		Passivo	
	2012	2011	2012	2011
Imposto sobre o rendimento	-	-	597.634	681.017
Retenções de imposto na fonte	12.635	12.212	471.385	322.497
Contribuições para a Segurança Social	-	-	237.899	206.821
Imposto sobre o valor acrescentado (IVA)	-	-	9.975	6.759
Outros impostos e taxas	-	-	107.075	171.705
	12.635	12.212	1.423.967	1.388.799

Os activos e passivos por impostos diferidos reportados nos exercícios de 2012 e 2011 foram reconhecidos como segue:

	2012	Impacto em CP	Impacto em G&P	2011	Impacto em CP	Impacto em G&P	2010
Impostos diferidos activos							
Provisões não aceites fiscalmente	-	-	-	-	-	(56.162)	56.162
Perdas de imparidade de activos financeiros	-	-	-	-	-	-	-
Provisão para prémios de desempenho	140.383	-	(111.920)	252.303	-	181.448	70.855
Valias potenciais do activos financeiros em carteira	-	(85.827)	-	85.827	4.155	-	81.672
Ganhos actuariais (IAS 19) - Reserva	-	-	(144.621)	144.621	31.677	-	112.944
IAS 19 - Resultado	-	-	-	-	-	112.944	(112.944)
Total	140.383	(85.827)	(256.541)	482.751	35.832	238.230	208.689
Impostos diferidos passivos							
Valias potenciais do activos financeiros em carteira	(348.978)	348.978	38.048	(38.048)	-	(38.048)	-
Ganhos actuariais (IAS 19)	-	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-
Total	(348.978)	348.978	38.048	(38.048)	-	(38.048)	-
Impacto total em Ganhos e Perdas			(218.493)			200.182	
Impacto total em Capital Próprio		(434.805)			35.832		

27. ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

A rubrica de acréscimos e diferimentos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 é analisada como segue:

	2012	2011
Acréscimos e diferimentos activos		
Gastos diferidos com rendas	26.814	21.574
Gastos diferidos com seguros	12.610	49.915
Outros gastos diferidos	74.805	80.096
Outros rendimentos diferidos	3.790	8.710
Total	<u>118.019</u>	<u>160.295</u>
Acréscimos e diferimentos passivos		
Acréscimos de custos com remunerações (incluindo indemnizações)	1.638.660	2.123.768
Receita antecipada diferida	410.722	463.968
Acréscimos de custos com fornecimentos externos ainda não facturados	417.575	367.302
Outros proveitos diferidos	-	-
Total	<u>2.466.957</u>	<u>2.955.038</u>

28. AFECTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS E DE OUTROS ACTIVOS

De acordo com as disposições legais vigentes, a Companhia é obrigada a afectar investimentos e outros activos pelo total das provisões técnicas, de acordo com os limites estabelecidos pelo ISP.

Rubricas	2012		
	Seguro não Vida		
	Total de activos afectos	Livres	Total
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	3.649.750	3.649.750
Outros investimentos financeiros	38.687.875	-	38.687.875
Outros activos	477.027	7.238.108	7.715.135
	<u>39.164.902</u>	<u>10.887.858</u>	<u>50.052.760</u>

(Valores expressos em euros, excepto quando indicado)

Rubricas	2011		
	Seguro não Vida		
	Total de activos afectos	Livres	Total
Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos	-	3.649.750	3.649.750
Outros investimentos financeiros	31.403.763	-	31.403.763
Outros activos	690.996	9.335.692	10.026.688
	<u>32.094.759</u>	<u>12.985.442</u>	<u>45.080.201</u>

29. PASSIVOS POR BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO E OUTROS BENEFÍCIOS DE LONGO PRAZO

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 é analisado como segue:

	2012	2011
Contribuição para Fundo de Pensões	208.235	-
Prémio de Permanência	72.575	-
	<u>280.810</u>	<u>-</u>

30. OUTROS CREDORES POR OPERAÇÕES DE SEGUROS E OUTRAS OPERAÇÕES

O saldo desta rubrica em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 é analisado como segue:

	2012	2011
Contas a pagar por operações de seguro directo		
Tomadores de seguro - estornos a pagar	69.747	-
Mediadores	63.602	28.373
	<u>133.349</u>	<u>28.373</u>
Contas a pagar por outras operações de resseguro		
Resseguradores	1.619	11.412
Ressegurados	159	-
	<u>1.777</u>	<u>11.412</u>
Contas a pagar por outras operações		
ESAF	1.327.827	2.081.980
Fornecedores	274.561	355.575
Pessoal	18.818	93.058
Credores diversos	523.931	151.526
	<u>2.145.137</u>	<u>2.682.140</u>
TOTAL	<u>2.280.263</u>	<u>2.721.924</u>

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011 a rubrica "Contas a pagar por outras operações – ESAF" refere-se a operações com títulos pendentes de liquidação.

31. OUTRAS PROVISÕES

Esta rubrica destina-se a registar as responsabilidades para as quais se estima um exfluxo financeiro futuro. Em 31 de Dezembro de 2012 esta rubrica não apresenta saldo, todas as acções judiciais e respectivos encargos se encontram regularizados, tendo sido gerados pagamentos no montante de 49.160 euros.

Em de Dezembro de 2011 o valor provisionado ascende a 238.243 euros.

32. CAPITAL, OUTROS INSTRUMENTOS DE CAPITAL, RESERVAS DE REAVALIAÇÃO, OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Capital

i) Indicação dos objectivos e políticas de gestão do capital

A adequação do capital é definida por forma a incorporar uma margem considerada adequada face ao mínimo requerido legalmente para absorver até determinado limite, perdas resultantes das alterações nas taxas de juro e da desvalorização de acções e unidades de participação, assim como potenciais perdas inesperadas.

A principal fonte de capital utilizada pela Companhia é o capital accionista.

Os requisitos de capital reais e previsionais da Companhia são analisados e reavaliados numa base mensal.

No exercício de 2012 e 2011, a política de gestão de capital da Companhia manteve-se estável, sendo a sua solvabilidade adequada face às responsabilidades assumidas.

A Companhia monitoriza a solvência numa óptica mensal. O cálculo da margem de solvência é realizado de acordo com a Norma Regulamentar nº 6/2007-R de 27 de Abril e a Norma Regulamentar 12/2008-R de 30 de Outubro do Instituto de Seguros de Portugal, sendo baseada em informação financeira estatutária.

A Companhia fechou o exercício de 2012 com um montante de Capitais próprios de 15 milhões de euros, valor que é superior ao valor registado em 2011, que se cifrou em 12,1 milhões de euros.

Esta evolução positiva é explicada pela evolução da reserva de reavaliação dos investimentos financeiros incluídas na rubrica “Reservas de reavaliação – por ajustamentos no justo valor de activos financeiros”.

A Companhia apresenta uma margem de solvência adequada ao exercício da actividade, que se cifra em 127% em 31 de Dezembro de 2012 (2011: 115%).

(Valores expressos em euros, excepto quando indicado)

Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o capital social encontra-se representado por 1.500.000 de acções nominativas, integralmente subscritas e realizadas, com o valor nominal de 5,00 euros cada, conforme detalhado no quadro abaixo.

Entidade	Número de acções		
	2012	2011	% Capital Social
Europ Assistance Holding (França)	794.991	794.991	53,00%
Companhia de Seguros Tranquilidade, S.A	705.000	705.000	47,00%
Martin Vial	6	6	0,00%
Manrico Iachia	3	3	0,00%
	<u>1.500.000</u>	<u>1.500.000</u>	<u>100,00%</u>

Durante o ano de 2011, a estrutura accionista da Companhia foi alterada, tendo a percentagem do capital social detido pelo Banco Espírito Santo, SA sido adquirida na sua totalidade pela Companhia de Seguros Tranquilidade, SA.

Outros instrumentos de capital

Em 2009, os accionistas da Europ Assistance efectuaram prestações acessórias pecuniárias sujeitas ao regime de prestações suplementares, no montante de 4.500.000 euros, as quais se encontram registadas em Outros Instrumentos de Capital (2.384.991 euros da Europ Assistance Holding, 1.085.000 euros do Banco Espírito Santo, 1.080.000 euros da Companhia de Seguros Tranquilidade e ainda 9 euros dos restantes accionistas). As referidas prestações foram aprovadas na acta n.º 21 da Assembleia Geral de 23 de Janeiro de 2009 e os estatutos da Companhia foram alterados em conformidade. As prestações acessórias não tem prazo de reembolso nem vencem juros.

Durante o ano de 2011, a Companhia procedeu ao pagamento do montante de 1.500.000 euros aos accionistas a título de reembolso parcial das prestações acessórias de que são titulares em proporção das respectivas participações. Este reembolso foi aprovado na acta n.º 27 da Assembleia Geral, de 8 de Julho de 2011. As prestações acessórias efectuadas pelo accionista Banco Espírito Santo transitaram para o accionista Companhia de Seguros Tranquilidade após a alteração da estrutura accionista ocorrida em 2011.

Reservas

i) Reserva legal

A reserva legal só pode ser utilizada para cobrir prejuízos acumulados ou para aumentar o capital. De acordo com a legislação Portuguesa, a reserva legal deve ser anualmente creditada com pelo menos 10% do lucro líquido anual, até à concorrência do capital emitido. Em 31 de Dezembro de 2012 a reserva legal ascendia a 667.740 euros (2011: 496.220 euros).

ii) Reservas de reavaliação

As reservas de reavaliação por ajustamentos no justo valor de activos financeiros representam as mais e menos valias potenciais relativas à carteira de investimentos classificados como disponíveis para venda, líquidas da imparidade reconhecida em resultados no exercício e/ou em exercícios anteriores. Em 31 de Dezembro de 2012 a reserva de reavaliação ascendia a 1.316.897 euros (2011: (323.876) euros).

iii) Outras Reservas - Reserva de ganhos e perdas actuariais

Esta reserva ("SORIE") constituída no exercício de 2009 inclui os ganhos e perdas actuariais do plano de benefícios definido, em conformidade com a IAS 19 (ver nota 9). Em 31 de Dezembro de 2012 a reserva de ganhos e perdas actuariais ascendia a 0 euros (2011: 0 euros), uma vez a totalidade do valor dela constante ter sido reclassificada para resultados transitados no exercício de 2011 (ver nota 9).

iv) Reservas por impostos diferidos

Os impostos diferidos, calculados sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, são reconhecidos em resultados, excepto quando estão relacionados com itens que são reconhecidos directamente nos capitais próprios, caso em que são também registados por contrapartida dos capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de investimentos disponíveis para venda são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem. É igualmente registado em capitais próprios o imposto diferido decorrente dos ganhos e perdas actuariais do plano de benefício definido. Em 31 de Dezembro de 2012 a reserva por impostos diferidos ascendia a (348.978) euros (2011: 85.827 euros). Ver nota 26.

Resultados por acção

Os resultados por acção básicos e diluídos são os seguintes:

	2012	2011
Resultado líquido atribuível aos accionistas	2.517.727	1.543.688
Número de acções	1.500.000	1.500.000
Resultado por acção básico atribuível aos accionistas (euros)	<u>1,68</u>	<u>1,03</u>

Dividendos por acção

A Assembleia-Geral de 30 de Março de 2012 deliberou a seguinte aplicação do resultado líquido de 2011:

Reserva Legal	171.528,88 Euros
Dividendos	1.100.000,00 Euros
Resultados Transitados	443.687,88 Euros

O valor distribuído por acção corresponde a 0.73 euros por acção.

O Conselho de Administração propôs a seguinte aplicação do resultado líquido de 2012:

Reserva Legal	279.747,50 Euros
Dividendos	2.500.000,00 Euros
Resultados Transitados	17.727,47 Euros

O valor proposto por acção corresponde a 1,66 euros por acção.

33. TRANSACÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

A empresa-mãe da Companhia é a Europ Assistance Holding, com sede em França.
O Grupo Europ-Assistance é detido pela Assicurazioni Generali Spa, com sede em Itália.

A Companhia realiza várias operações com entidades relacionadas. Em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, o montante dos activos, passivos, rendimentos e gastos relativos a operações realizadas com partes relacionadas resumem-se como segue:

Ano de 2012:

EMPRESA	DESCRIÇÃO DA TRANSACÇÃO	SALDO BALANÇO	GASTO	RENDIMENTO
EUROP ASSISTANCE HOLDING,(FRANÇA)	RESSEGURO CEDIDO	150.914	-	115.357
EUROP ASSISTANCE HOLDING,(FRANÇA)	ROYALTIES	-	124.104	-
EUROP ASSISTANCE HOLDING,(FRANÇA)	MANAGEMENT FEES	-	595.836	-
EUROP ASSISTANCE HOLDING,(FRANÇA)	PRESTAÇÕES ACESSÓRIAS	(1.589.982)	-	-
CIA.SEGUROS TRANQUILIDADE,S.A	PRÉMIOS DE RESSEGURO ACEITE	-	-	12.782.327
CIA.SEGUROS TRANQUILIDADE,S.A	PRESTAÇÕES ACESSÓRIAS	(1.410.000)	-	-
CIA.SEGUROS TRANQUILIDADE,S.A	COMISSÕES	-	1.521.573	-
EUROP ASSISTANCE SERVIÇOS,S.A	INVESTIMENTOS EM EMPRESAS DO GRUPO	249.750	-	-
PONTE ALTA,LDA	INVESTIMENTOS EM EMPRESAS DO GRUPO	400.000	-	-
PONTE ALTA,LDA	PRESTAÇÕES SUPLEMENTARES	3.000.000	-	-
Progreterior, SA	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	-	554.007	-
ESAF-ESPÍRITO SANTO ACTIVOS FINANCEIROS,S.A	GESTÃO DE ACTIVOS	-	181.094	-
ESAF-ESPÍRITO SANTO FUNDOS DE PENSÕES,S.A	GESTÃO DE FUNDO DE PENSÕES	(208.235)	208.235	-
EA BRASIL	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO	317.156	-	599.134
EA ARGENTINA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO	182.218	-	106.010
EA CHILE	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO	-	-	39.536

Ano de 2011:

EMPRESA	DESCRIÇÃO DA TRANSACÇÃO	SALDO BALANÇO	GASTO	RENDIMENTO
EUROP ASSISTANCE HOLDING,(FRANÇA)	RESSEGURO CEDIDO	190.253	-	241.109
EUROP ASSISTANCE HOLDING,(FRANÇA)	ROYALTIES	-	152.293	-
EUROP ASSISTANCE HOLDING,(FRANÇA)	MANAGEMENT FEES	-	718.680	-
EUROP ASSISTANCE HOLDING,(FRANÇA)	PRESTAÇÕES ACESSÓRIAS	(1.589.982)	-	-
BANCO ESPÍRITO SANTO,S.A	PRÉMIOS DE SEGURO DIRECTO	-	-	1.054.272
CIA.SEGUROS TRANQUILIDADE,S.A	PRÉMIOS DE RESSEGURO ACEITE	595.277	-	12.720.776
CIA.SEGUROS TRANQUILIDADE,S.A	PRESTAÇÕES ACESSÓRIAS	(1.410.000)	-	-
CIA.SEGUROS TRANQUILIDADE,S.A	COMISSÕES	(504.815)	1.492.232	-
CIA.SEGUROS TRANQUILIDADE,S.A	PARTICIPAÇÃO NOS RESULTADOS	(201.599)	201.599	-
EUROP ASSISTANCE SERVIÇOS,S.A	INVESTIMENTOS EM EMPRESAS DO GRUPO	249.750	-	-
PONTE ALTA,LDA	INVESTIMENTOS EM EMPRESAS DO GRUPO	400.000	-	-
PONTE ALTA,LDA	PRESTAÇÕES SUPLEMENTARES	3.000.000	-	-
Progreterior, SA	AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS	-	456.829	-
ESAF-ESPÍRITO SANTO ACTIVOS FINANCEIROS,S.A	GESTÃO DE ACTIVOS	(2.081.980)	142.908	-
ESAF-ESPÍRITO SANTO FUNDOS DE PENSÕES,S.A	GESTÃO DE FUNDO DE PENSÕES	-	144.742	-
EA BRASIL	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO	815.991	-	959.990
EA ARGENTINA	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO	102.711	-	149.943
EA CHILE	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE GESTÃO	31.032	-	31.032

É convicção da Administração que todas as operações realizadas com empresas relacionadas foram efectuadas a preços de mercado, idênticos a preços praticados em transacções semelhantes com outras entidades.

Remuneração dos órgãos sociais

Ver nota 8.

34. GESTÃO DOS RISCOS

O Sistema de Gestão de Riscos é suportado por uma estrutura organizacional adequada à dimensão, à actividade e ao nível de complexidade da Companhia, tendo em consideração a natureza e especificidade dos riscos que a mesma pretende assumir, sob as orientações definidas pelo Órgão de Administração.

Os objectivos do Sistema de Gestão de Riscos são de identificação, avaliação, mitigação, monitorização e controlo dos riscos a que a Companhia se encontra exposta, interna e externamente, assegurando que os mesmos se mantêm a um nível que não afecte significativamente a sua situação financeira nem os interesses dos credores e accionistas.

A avaliação, os testes e eventuais alterações no Sistema de Gestão de Riscos devem ser devidamente planeados, continuamente revistos e documentados. Neste âmbito, é reportado anualmente desde 2008 o Relatório anual sobre o Sistema de Gestão de Riscos e Controlo Interno, dando cumprimento ao n.º 1 do art.º 19.º da Norma Regulamentar 14/2005-R, do Instituto de Seguros de Portugal.

Objectivos, políticas e processos de gestão de riscos

A Companhia encontra-se exposta a um conjunto de riscos que resulta da sua actividade.

A continuidade das operações depende, de forma crítica, da eliminação ou controlo de riscos que podem significativamente afectar uma gestão sã e prudente e, deste modo, pôr em risco os objectivos estratégicos.

Para assegurar a eliminação ou controlo dos riscos, foram definidas as funções de Controlo Interno e Gestão de Riscos e conseqüentemente, os processos e controlos associados a cada tipo de risco.

A gestão de riscos está incorporada em todos os processos de Gestão, tendo sido assumida como uma preocupação constante de todos os gestores e colaboradores da Companhia.

A Companhia considera fundamental a criação de um adequado sistema de gestão de riscos, garantindo assim que o negócio seja sólido e de crescimento sustentado, conhecendo a natureza e significância dos riscos a que se encontra exposta. Para acautelar a implementação do sistema foram desenvolvidos esforços no sentido de adequar de forma mais eficiente os recursos necessários ao cumprimento dos requisitos e objectivos do sistema de gestão de riscos.

A Europ Assistance, ao assumir os riscos dos seus clientes, o que faz por via do processo de subscrição, análise e aceitação, obriga-se a fazer uma gestão adequada à defesa dos interesses que lhe foram confiados. Este processo inclui o estabelecimento de limites, autonomias e regras específicas para a aceitação e aprovação de determinados riscos, sempre que a sua dimensão ou complexidade o exija.

A estratégia de subscrição da Companhia vai no sentido de explorar e diversificar os riscos distribuindo-os pelas diferentes indústrias e regiões geográficas onde opera. A Companhia procura otimizar o valor dos accionistas através do alcance dos seus objectivos de médio prazo em termos de "return on equity". Para que isto seja conseguido, é necessária uma estratégia de subscrição prudente e estável que potencie vantagens competitivas e que evite a assunção de riscos com um nível de volatilidade susceptível de causar rupturas.

Na base do processo de subscrição encontra-se um sólido processo de governação. Este processo inclui a estratégia, o estabelecimento de objectivos, a delegação de autoridades, a monitorização

financeira, as auditorias aos processos de subscrição e às acções correctivas com as quais se pretende levar a cabo os melhoramentos necessários.

Num sentido lato, todos os riscos a que a Companhia está exposta são financeiros, por se poderem traduzir em perdas económicas e numa deterioração nos níveis de solvência. No entanto, existe um conjunto de riscos directamente relacionados com a gestão financeira da Companhia, abrangendo as funções investimento, financiamento e a gestão integrada dos activos financeiros, e não directamente relacionados com a gestão dos contratos de seguro ou dos sinistros, os quais incluem, entre outros, os riscos de mercado, de crédito e de liquidez.

A Companhia identifica como principais riscos, os seguintes:

- **Risco de seguro:** As empresas de seguros assumem riscos através dos contratos de seguros, os quais classificam na categoria do Risco Específico de Seguros. Os riscos específicos de seguros são os riscos inerentes à comercialização de contratos de seguro, associados ao desenho de produtos e respectiva tarifação, ao processo de subscrição e de provisionamento das responsabilidades e à gestão dos sinistros e do resseguro.
- **Risco de crédito:** risco de incumprimento (default) ou de alteração na qualidade creditícia (rating) dos emitentes de valores mobiliários aos quais a empresa de seguros está exposta, bem como dos devedores, prestatários, mediadores, tomadores de seguro e resseguradoras que com ela se relacionam.
- **Risco de mercado:** deriva do nível ou da volatilidade dos preços de mercado dos activos, resulta da exposição a movimentos em variáveis financeiras como o preço das acções, taxas de juro, taxas de câmbio ou preços de commodities (ex: petróleo). Inclui ainda a exposição de produtos derivados (opções e futuros) a variações no preço do activo subjacente e está também fortemente relacionado com o risco de disparidade entre activos e passivos.
- **Risco de liquidez:** risco de exposição a perdas na eventualidade de existirem poucos activos com liquidez para cumprir os pagamentos das responsabilidades para com os tomadores de seguros, credores e outras contrapartes, quando elas forem devidas.
- **Risco operacional:** risco de perdas resultantes da inadequação ou falha nos procedimentos internos, pessoas, sistemas ou eventos externos. Está associado a eventos como fraudes, falhas de sistemas, e ao não cumprimento de normas e regras estabelecidas. Inclui ainda, por exemplo, o risco resultante de falhas no governo da sociedade, nos sistemas, nos contratos de prestação de serviços em outsourcing e no plano de continuidade do negócio.
- **Risco de reputação:** Este risco pode ser definido como risco da Companhia incorrer em perdas resultantes da deterioração ou posição no mercado devido a uma percepção negativa da sua imagem entre os clientes, contrapartes, accionista ou autoridades de supervisão, assim como do público em geral.
- **Risco estratégico:** O risco estratégico pode ser definido como o risco do impacto actual e futuro nos proveitos ou capital que resulta de decisões de negócio inadequadas, implementação imprópria de decisões ou falta de capacidade de resposta às alterações ocorridas no mercado.

33.1 RISCOS DE SEGURO

Gestão do risco específico de seguros: Este risco é aplicável a todos os ramos de actividade e pode subdividir-se em diferentes sub-riscos:

- **Risco de Desenho dos Produtos:** risco da empresa de seguros assumir exposições de risco decorrentes de características dos produtos não antecipadas na fase de desenho e de definição do preço do contrato.

- **Risco de emissão de prémios e resseguro:** relacionado com sinistros a ocorrer no futuro, em apólices actualmente em vigor, e cujos prémios já foram cobrados ou estão fixados. O risco é o de os prémios cobrados ou já fixados poderem vir a revelar-se insuficientes para a cobertura de todas as obrigações futuras resultantes desses contratos (subtarifação). Este risco contempla ainda uma correcta avaliação e monitorização das políticas de resseguro aceite e cedido.

- **Risco de Subscrição:** risco associado à identificação e avaliação dos riscos a assumir pela Companhia no âmbito do processo de tarifação: sua adequação tendo por base a experiência de sinistralidade e bases estatísticas. É aqui considerada a monitorização da tarifação através de reportes periódicos onde se afere adequação dos prémios cobrados ou fixados face às responsabilidades / obrigações futuras resultantes desses contratos; e do processo de subscrição: definição das coberturas, limites e condições aplicáveis, tendo em conta os universos cobertos e o tipo de risco definido a subscrever.

Aquando da aceitação do risco, a Companhia rege-se por normas escritas baseadas em análise de indicadores estatísticos da carteira de forma a adequar o preço ao risco.

- **Risco de Provisionamento:** risco associado à avaliação e monitorização das provisões e respectiva adequação. O risco de desadequação temporal nas provisões para prémios e insuficiência das provisões para sinistros face aos custos com sinistros.

- **Gestão dos Processos de Sinistro:** risco associado à avaliação e monitorização dos processos de sinistros, ao nível da informação incluída na base de dados face aos objectos cobertos, dispersão na sua localização, confirmação de garantias / coberturas, clausulados actualizados, níveis de serviço contratados. Os impactos associados poderão passar pela fraude, perturbações no decorrer do processo de sinistro, perdas de contratos e penalizações por incumprimento.

(Valores expressos em euros, excepto quando indicado)

	2012		Variação percentual
	Real	Orçamento	
Número de sinistros ocorridos			
Acidentes e doença	9	71	0,00%
Responsabilidade civil geral	-	-	0,00%
Assistência	419.745	448.165	-6,34%
Protecção jurídica	1.880	1.829	2,79%
Perdas pecuniárias diversas	936	1.281	-26,93%
Total	422.570	451.346	-6,38%

	2011		Variação percentual
	Real	Orçamento	
Número de sinistros ocorridos			
Acidentes e doença	1	-	0,00%
Responsabilidade civil geral	-	-	0,00%
Assistência	430.778	367.225	17,31%
Protecção jurídica	2.007	1.965	2,14%
Perdas pecuniárias diversas	490	530	-7,55%
Total	433.276	369.720	17,19%

	2012	2011
Número de apólices (Seguro directo)	702	573
Rácio de sinistralidade	79,35%	81,87%

Sendo a actividade da Companhia em 2012 cerca de 92% em resseguro aceite não é possível efectuar análises sobre as concentrações de risco de seguros (2011: 90%).

Análise de sensibilidade:

Incidência de análise	Cenários	(em milhares de euros)	
		Impacto no Resultado Antes de Impostos	
		2012	2011
Custos com sinistros	Aumento de 5% nos custos com sinistros do exercício, líquidos de resseguro	(2.034)	(2.061)
Despesas	Aumento de 10% nos custos de exploração, líquidos de resseguro	(806)	(846)

34.2 RISCOS FINANCEIROS

Risco de Crédito

Este risco está associado a pagamentos de mediadores, corretores, clientes institucionais e utilizadores finais. As áreas de risco associadas são os intermediários e clientes.

Os procedimentos de gestão de riscos de crédito têm o seu enfoque nos controlos do processo de cobranças e análise de projecto (avaliação do risco de crédito do cliente proposto), tendo sido desenvolvidas as respectivas formas de monitorização e medição para cada um dos controlos associados.

Relativamente às relações com os resseguradores é considerada residual pelo que o risco é também residual. Para além disto o maior ressegurador faz parte do Grupo Europ Assistance (internacional), estando assim assegurada a mitigação de grande parte do risco residual considerado. Efectuam-se monitorizações regulares às contas-correntes dos resseguradores.

As relações com os mediadores são residuais (a Companhia comissionou 2,85 % do total de prémios de Seguro Directo em 2012 (2011: 2,80%) e 0,22% do total de prémios brutos emitidos (2011: 0,28%) pelo que consideramos o risco residual.

Contudo efectuam-se com regularidade monitorizações no âmbito das cobranças à evolução dos montantes e a antiguidade das dívidas, mitigando grande parte do risco residual considerado.

A Europ Assistance está exposta ao risco de crédito, essencialmente através das obrigações emitidas pelas contrapartes, que compõem as suas carteiras de títulos, que estão sujeitos ao risco de incumprimento da contraparte. Os títulos expostos a este risco são maioritariamente obrigações *corporate*, cerca de 63,37% do total (2011: 48,88%).

Ainda de acordo com as normas e directivas de gestão de risco, são identificadas e implementadas medidas correctivas apropriadas relativamente aos investimentos em que hajam expectativas de sofrer um corte no rating para níveis abaixo de investment grade.

A política de investimento da Companhia segue as linhas orientadoras definidas pelo Instituto de Seguros de Portugal e pela empresa-mãe do Grupo (estas últimas integradas num documento designado Group Risk Guidelines (GRG)).

O investimento em activos financeiros por parte da Companhia deve observar os seguintes princípios gerais:

- Salvar um retorno adequado, respeitando a estabilidade financeira e uma gestão sã e prudente da Companhia;
- Privilegiar as transacções sobre activos cotados;
- Respeitar os princípios de dispersão e diversificação;

A política de investimento definida estabelece limites relativos à alocação por categoria de activo, bem como estabelece limites dos investimentos em obrigações por *rating*, moeda, liquidez das emissões, concentração de mercado e taxa de juro.

A implementação e monitorização são asseguradas pela Administração e pela Direcção Administrativa e Financeira. A monitorização do cumprimento da política de investimento é efectuada numa base mensal sendo reportada à empresa-mãe trimestralmente.

Estão igualmente implementadas rotinas para monitorar os limites de exposição ao risco de crédito por emiteente individual e agregado, de forma a evitar o risco de concentração, pelo que, é avaliada a exposição a empresas afiliadas ou subsidiárias dos diversos emitentes.

Os quadros abaixo, ilustram a exposição da Companhia ao risco de crédito, em 31 de Dezembro de 2012 e 2011:

Rating	(em milhares de euros)			
	2012		2011	
	%	Valor	%	Valor
AAA	31,19%	9.080	38,27%	8.949
AA	18,59%	5.412	14,14%	3.307
A	31,95%	9.301	28,83%	6.742
BBB	15,99%	4.656	13,94%	3.260
BB	2,27%	661	0,00%	-
B	0,00%	-	0,00%	-
CCC	0,00%	-	0,00%	-
UNRATED	0,00%	-	4,81%	1.126
Total	100,00%	29.110	100,00%	23.384

Verificamos acima que cerca de 81,73% da carteira exposta a este risco é composta por títulos de emitentes com *rating* igual ou superior a "A" (2011: 81,25%). Este *mix* não apresenta tendência para deteriorações por consequência da continuidade da política de investimentos instituída.

(Valores expressos em euros, excepto quando indicado)

A diversificação dos activos financeiros por sectores de actividade para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2012 e 2011, encontra-se apresentada conforme segue:

Sector de actividade	Activos Financeiros Classificados no reconhecimento inicial a Justo através de Ganhos e Perdas					
	2012			2011		
	%	Valor bruto	Imparidade	%	Valor bruto	Imparidade
Recursos Básicos	0,00%	-	-	0,00%	-	-
Comunicações	0,00%	-	-	0,00%	-	-
Bens Consumíveis	0,00%	-	-	0,00%	-	-
Energia	0,00%	-	-	0,00%	-	-
Financeiro	0,00%	-	-	0,00%	-	-
Fundos	0,00%	-	-	0,00%	-	-
Dívida Pública	0,00%	-	-	0,00%	-	-
Industrial	0,00%	-	-	100,00%	856	-
Medicina	0,00%	-	-	0,00%	-	-
Tecnologia	0,00%	-	-	0,00%	-	-
Serviços Públicos / colectivos	0,00%	-	-	0,00%	-	-
Outros	0,00%	-	-	0,00%	-	-
Total	0,00%	-	-	100,00%	856	-

Sector de actividade	Activos Financeiros disponíveis para venda					
	2012			2011		
	%	Valor bruto	Imparidade	%	Valor bruto	Imparidade
Recursos Básicos	0,00%	-	-	0,00%	-	-
Comunicações	2,33%	781	-	2,69%	628	-
Bens Consumíveis	0,00%	-	-	0,00%	-	-
Energia	7,38%	2.474	-	8,77%	2.049	-
Financeiro	30,80%	10.324	-	25,11%	5.869	-
Fundos	0,00%	-	-	0,00%	-	-
Dívida Pública	14,90%	4.993	-	31,54%	7.373	-
Industrial	18,20%	6.100	-	14,74%	3.445	-
Medicina	0,00%	-	-	0,00%	-	-
Tecnologia	0,00%	-	-	0,00%	-	-
Serviços Públicos / colectivos	13,96%	4.680	-	15,80%	3.693	-
Outros	12,42%	4.163	-	1,36%	317	-
Total	100,00%	33.514	-	100,00%	23.375	-

A exposição à dívida pública por País é analisada como se segue:

Títulos de Dívida	Valor escriturado 2012	Peso
Portugal	-	0,00%
Alemanha	3.476.844	69,64%
Finlandia	1.216.804	24,37%
Itália	298.966	5,99%
Espanha	-	0,00%
Total	4.992.614	100,00%

Títulos de Dívida	Valor escriturado 2011	Peso
Portugal	941.344	12,77%
Alemanha	4.885.936	66,27%
Itália	1.296.664	17,59%
Espanha	249.250	3,38%
Total	7.373.194	100,00%

Risco de Mercado

Este risco está associado à gestão de activos (investimentos) definida pela companhia e relacionados com variações nos mercados. Na óptica da companhia este risco de mercado decompõe-se em risco de acções, risco de taxa de juro, risco de spread e risco de concentração.

A política de investimentos definida pela Companhia está reflectida no contrato celebrado com a ESAF (Espírito Santo Gestão de Patrimónios, SA) para a Gestão de Activos e é claramente expresso como sendo diversificada e prudente, tendo em atenção o *asset allocation* acordado entre as partes. Não são efectuados quaisquer investimentos que confirmem exposição directa ou indirecta ao mercado imobiliário, pelo que, não há exposição ao risco imobiliário.

Ao longo do ano de 2012 a duração dos activos foi sendo gerida tendo em vista a sua adequação à duração dos passivos, situando-se dentro dos limites no final do ano. Ainda dentro do risco de mercado, é de referir a exposição aos vários riscos resultantes das flutuações nos preços das acções e nos mercados de capitais de uma forma geral.

Estes riscos derivados dos mercados accionistas poderão afectar a liquidez da Companhia, os rendimentos planeados, os activos líquidos e a situação do Capital perante a entidade Reguladora, nomeadamente através da Margem de Solvência. Adicionalmente, poderá ter efeitos colaterais nas restantes classes de activos, como fundos de imóveis, empresas cotadas do sector, com eventuais repercussões ao nível da dívida emitida pelas mesmas.

Nos exercícios de 2012 e 2011 o movimento ocorrido nos Activos financeiros classificados como disponíveis para venda cuja valorização é efectuada de acordo com o nível 3 é apresentado conforme segue:

	Quantidade	Valor
Saldo em 01 de Janeiro de 2011	11	759.072
Aquisições	-	-
Alienações	-	-
Reserva de justo valor	-	72.727
Saldo em 31 de Dezembro de 2011	11	831.799
Aquisições	-	-
Alienações	-	-
Reserva de justo valor	-	57.521
Saldo em 31 de Dezembro de 2012	11	889.320

O investimento classificado como nível 3 reflecte a detenção de unidades de participação no fundo de investimento Nova Energia Sicar, a valorização deste activo é comunicada pela entidade gestora do fundo.

Relativamente à composição de activos cuja moeda não é euro (dólar norte americano) em 2012 é de 9% (2011: 8%) do total da carteira de investimentos.

Análises de sensibilidade:

Incidência de análise	Cenários	(em milhares de euros)	
		Impacto nas reservas de Justo Valor antes de impostos	
		2012	2011
Acções	Descida de 10% nos valores do mercado bolsista	-	(1)
Fundos de acções	Descida de 10% nos valores do mercado bolsista	(189)	-

Os valores apresentados foram calculados sem considerar o efeito de quaisquer medidas de mitigação que possam ser consideradas.

As análises consideradas não reflectem qualquer expectativa relativamente a desenvolvimentos futuros dos mercados de capitais servindo apenas para avaliar a susceptibilidade das carteiras de activos aos choques considerados.

Risco de taxa de juro

A Companhia encontra-se exposta a este risco através de todos os activos financeiros cujo valor seja sensível a alterações das taxas de juro, sobretudo as obrigações.

Análise de sensibilidade da subida na curva de taxa de juro:

Incidência de análise	Cenários	(em milhares de euros)	
		Impacto nas Reservas de Justo Valor antes de	
		2012	2011
Taxa de Juro	Subida de 100 b.p. na curva de taxa de juro - Obrigações tx fixa	(261)	(141)

Riscos de Liquidez

Este risco está associado à adequação ou desadequação do fundo de maneio às necessidades totais de liquidez a curto, médio e longo prazo.

Os procedimentos de gestão de riscos de liquidez têm o seu enfoque nos controlos dos processos de cobranças (perspectiva de liquidez), tendo sido desenvolvidas as respectivas formas de monitorização e medição para cada um dos controlos associados.

A existência de uma desadequação entre os valores de activos e passivos no curto prazo, para equilíbrio da performance financeira, é mitigada com um maior cuidado na gestão dos fluxos financeiros.

Análise da liquidez:

	2012	Var %	2011
Liquidez (1)	1,04	37,12%	0,76

(1) Rácio da liquidez mede a capacidade de liquidar o passivo com o activo disponível a curto prazo, ou seja a relação entre o total do Passivo e o somatório dos investimentos, os depósitos bancários e caixa.

34.3 OUTROS RISCOS

Gestão do risco operacional: Este risco está associado a perdas resultantes de eventuais falhas em procedimentos, pessoas, sistemas ou eventos externos. As áreas de risco associadas são os Recursos Humanos, os fornecedores, a prevenção do branqueamento de capitais e lavagem de dinheiro, o plano de contingência do negócio e as tecnologias de informação, tendo sido desenvolvidas as respectivas formas de monitorização e medição para cada um dos controlos associados.

Em 2012 a taxa de saída de empregados foi de 6,93, apresentando um decréscimo de 56,28% relativamente a 2011 (15,85). A taxa de absentismo em 2012 foi de 2,40, apresentando um decréscimo de 24,29% relativamente a 2011 (3,17). O número de empregados cresceu 7,72% face a 2011, situando-se nos 327, em 31 de Dezembro de 2012.

	2012	2011	Varição percentual
Rádios de recursos humanos			
Taxa de saída	6,93	15,85	-56,28%
Taxa de absentismo	2,40	3,17	-24,29%
Nº médio de empregados	335	311	7,72%
Indicadores de produtividade			
Despesas gerais / Nr. Empregados	24.048	27.195	-11,57%
Despesas gerais / Resultados Líquidos	2,88	4,93	-41,60%
Despesas gerais / Prémios	15,38%	15,91%	-3,39%

Gestão do risco estratégico: riscos associados à estratégia, política e gestão de investimentos definida pela empresa. Como áreas de risco estão definidas o ambiente concorrencial e o ambiente legal.

Os procedimentos de gestão de riscos de mercado têm o seu enfoque nos controlos dos processos de ambiente concorrencial (análise concorrencial e quota de mercado), estratégia comercial e enquadramento legal e regulatório, tendo sido desenvolvidos as respectivas formas de monitorização e medição para cada um dos controlos associados.

No exercício de 2012 verifica-se um decréscimo acentuado das vendas no mercado automóvel (-41%). No mercado segurador observa-se uma queda de 6,89% no ramo Vida e uma ligeira queda de 2,33% nos ramos não Vida.

A Companhia atingiu uma quota de mercado de 35%, mais 1% que em 2011, fruto do crescimento das carteiras de resseguro existentes.

fonte: Acap

	2012*	Varição percentual	2011	Varição percentual	2010
Total mercado automóvel	113.411	-41%	191.362	-32%	275.871

* Valores provisórios

Quadro 1 - Produção* de seguro direto em Portugal - Mercado

fonte: ISP

Valores expressos em milhões de Euros

	2012*	Variação percentual	2011*	Variação percentual	2010
Vida	7.014	-6,89%	7.533	-38,12%	12.173
Não Vida	4.019	-2,33%	4.115	-1,25%	4.167
TOTAL	11.033	-9,22%	11.648	-39,37%	16.340

* Valores provisórios

Quadro 2 - Produção* de seguro direto em Portugal por ramos – Mercado (Não Vida)

fonte: ISP

Valores expressos em milhares de Euros

	2012*	Variação percentual	2011*	Variação percentual	2010
Não Vida					
Acidentes e Doença					
Acidentes de trabalho	555.892	-10,61%	621.878	-3,72%	645.924
Doença	552.697	3,22%	535.470	0,61%	532.241
Acidentes (outros)	153.687	4,84%	146.595	-17,82%	178.381
Incêndio e Outros Danos	767.038	-0,22%	768.766	0,46%	765.259
Automóvel	1.569.405	-5,40%	1.658.962	-0,70%	1.670.726
Marítimo e Transportes	32.009	16,03%	27.588	10,08%	25.062
Aéreo	8.245	-27,53%	11.377	-30,37%	16.340
Mercadorias Transportadas	24.931	-5,57%	26.401	0,74%	26.208
Responsabilidade Civil Geral	113.857	-0,18%	114.061	-1,76%	116.108
Diversos	241.364	18,33%	203.982	7,19%	190.308
TOTAL	4.019.125	-2,33%	4.115.080	-1,24%	4.166.557

* Valores provisórios

Quadro 3: Produção de seguro direto dos ramos Não Vida - Mercado

fonte: ISP

Valores expressos em milhares de Euros

	2012*	Peso	2011*	Peso	2010
Não Vida					
Acidentes e Doença					
Acidentes de trabalho	557.811	13,56%	621.878	15,11%	645.924
Doença	554.002	13,46%	535.470	13,01%	532.241
Acidentes (outros)	157.685	3,83%	146.595	3,56%	178.381
Incêndio e Outros Danos	785.616	19,09%	768.766	18,68%	765.259
Automóvel	1.572.535	38,21%	1.658.962	40,31%	1.670.726
Marítimo e Transportes	32.131	0,78%	27.588	0,67%	25.062
Aéreo	8.260	0,20%	11.377	0,28%	16.340
Mercadorias Transportadas	25.235	0,61%	26.401	0,64%	26.208
Responsabilidade Civil Geral	116.563	2,83%	114.061	2,77%	116.108
Diversos	250.902	6,10%	203.982	4,96%	190.308
TOTAL	4.060.740	98,68%	4.115.080	100,00%	4.166.557

* Valores provisórios

fonte: ISP / APS / Benchmark's

Quota de Mercado (Assistência)	2012 Proj	2011	Var %	2010	Var %
Europ Assistance	35%	34%	2,9%	28%	21,4%
Cares	31%	32%	-3,1%	31%	3,2%
Inter Partner	8%	10%	-20,0%	9%	11,1%
Mondial Assistance	3%	8%	-62,5%	5%	60,0%
	77%	84%	-8,3%	73%	15,1%

35. SOLVÊNCIA

De acordo com a legislação vigente, as seguradoras devem dispor, em cada exercício económico, de um património não comprometido (margem de solvência) e de um fundo de garantia (um terço da margem de solvência) que representam certas percentagens e montantes mínimos legalmente estabelecidos pela Norma 6/2007-R alterada pela Norma Regulamentar 12/2008-R emitida pelo Instituto de Seguros de Portugal.

A margem de solvência exigida a 31 de Dezembro 2012 e 2011 apresenta-se de seguida:

	2012	2011
Capital	7.500.000	7.500.000
Reservas	4.635.660	3.258.171
Resultados Transitados	71.839	(371.850)
Resultado líquido do exercício, deduzido das distribuições efectivas	297.475	615.209
Valor de Balanço	<u>12.504.974</u>	<u>11.001.530</u>
Ajustamentos	(84.304)	(126.085)
Margem de Solvência disponível	12.420.670	10.875.445
Margem de Solvência requerida	9.767.620	9.491.123
Rácio de Solvência	<u>127,16%</u>	<u>114,59%</u>

O crescimento do rácio de solvência deve-se fundamentalmente ao aumento do Capital Próprio decorrente da evolução dos investimentos financeiros com a variação do seu justo valor a gerar um impacto positivo na Reserva de reavaliação no montante de 1.640.773 euros.

A adequação do capital é definida de forma a incorporar uma margem relativa ao mínimo requerido legalmente para absorver, até determinado limite, perdas resultantes das alterações nas taxas de juro e da desvalorização de instrumentos de capital e unidades de participação.

36. COMPROMISSOS

A Companhia apenas tem contratos de locação operacional, os quais abrangem equipamento informático e automóveis. Trata-se de contratos celebrados por prazos de 3 ou 4 anos, sendo que não se prevê a transferência de propriedade no final da locação.

As rendas pagas são reconhecidas como custo, durante o período de aluguer a que respeitam.

Os valores base dos contratos são, respectivamente de 842.239 euros para Locarent e Leaseplan (2011: 828.785 euros) e 391.584 euros para HP Finance (2011: 524.466 euros).

	2012		
	Valores dos Contratos	Obrigações Futuras até 1 ano	Obrigações Futuras de 1 a 5 anos
Alugueres Operacionais Viaturas	842.239	199.159	258.481
Equipamento Informático	391.584	140.344	164.533
Total	1.233.823	339.503	436.439

	2011		
	Valores dos Contratos	Obrigações Futuras até 1 ano	Obrigações Futuras de 1 a 5 anos
Alugueres Operacionais Viaturas	828.785	185.912	321.461
Equipamento Informático	524.466	128.286	177.958
Total	1.353.251	314.198	499.419

37. EVENTOS SUBSEQUENTES

Tendo em conta o disposto na IAS 10, até à data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, não foram identificados eventos subsequentes que impliquem ajustamentos ou divulgações adicionais.

38. NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES JÁ EMITIDAS MAS QUE AINDA NÃO SÃO OBRIGATÓRIAS

As normas e interpretações recentemente emitidas pelo IASB com relevância na actividade da Companhia, cuja aplicação é obrigatória apenas em períodos com início após 1 de Janeiro de 2012 e que a Companhia não adoptou antecipadamente são as seguintes:

Já endossadas pela UE:

IAS 1 Apresentação de demonstrações financeiras (Emenda)

A emenda à IAS 1 altera a agregação de itens apresentados na Demonstração do Rendimento Integral. Itens susceptíveis de serem reclassificados (ou “reciclados”) para lucros ou perdas no futuro (por exemplo na data de desreconhecimento ou liquidação) devem ser apresentados separados dos itens que não susceptíveis de serem reclassificados para lucros ou perdas (por exemplo, reservas de reavaliação previstas na IAS 16 e IAS 38).

Esta emenda não altera a natureza dos itens que devem ser reconhecidos na Demonstração de Rendimento Integral, nem se os mesmos devem ou não ser susceptíveis de serem reclassificados em lucros ou perdas no futuro.

As alterações à IAS 1 são aplicáveis para os exercícios iniciados após 30 de Junho de 2012. A aplicação é retrospectiva.

Da aplicação desta alteração à norma não são esperados impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

IAS 19 Benefícios dos empregados (Revisão)

A IAS 19 Benefícios de empregados (Revisão), sendo as principais alterações as seguintes:

- a eliminação da opção de diferir o reconhecimento dos ganhos e perdas actuariais, conhecida pelo “método do corredor”; Ganhos e Perdas actuariais são reconhecidos na Demonstração do Rendimento Integral quando os mesmos ocorrem. Os valores reconhecidos nos lucros ou prejuízos são limitados: ao custo corrente e de serviços passados (que inclui os ganhos e perdas nos cortes), ganhos e perdas na liquidação e custos (proveitos) relativos a juros líquidos. Todas as restantes alterações no valor líquido do activo (passivo) decorrente do plano de benefício definido devem ser reconhecidas na Demonstração do Rendimento Integral, sem subsequente reclassificação para ganhos e/ou perdas.
- os objectivos para as divulgações relativos a planos de benefício definido são explicitamente referidos na revisão da norma, bem como novas divulgações ou divulgações revistas. Nestas novas divulgações inclui-se informação quantitativa relativamente a análises de sensibilidade à responsabilidade dos benefícios definidos a possíveis alterações em cada um dos principais pressupostos actuariais.

- benefícios de cessação de emprego deverão ser reconhecidos no momento imediatamente anterior: (i) a que compromisso na sua atribuição não possa ser retirado e (ii) a provisão por reestruturação seja constituída de acordo com a IAS 37.
- A distinção entre benefícios de curto e longo prazo será baseado na tempestividade da liquidação do benefício independentemente do direito ao benefício do empregado já ter sido conferido.

As alterações à IAS 19 são aplicáveis para os exercícios iniciados em/ou após 1 de Janeiro de 2013, podendo ser antecipada desde que devidamente divulgada. A aplicação é retrospectiva.

Da aplicação desta alteração à norma não são esperados impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

Ainda não endossadas pela UE:

IFRS 7 Compensação de activos financeiros e passivos financeiros (Emenda)

Esta emenda requer que as entidades divulguem informação sobre direitos de compensação e acordos relacionados (por exemplo: Garantias colaterais). Estas divulgações prestam informações que são úteis na avaliação do efeito líquido que esses acordos possam ter na Demonstração da Posição Financeira de cada entidade. As novas divulgações são obrigatórias para todos os instrumentos financeiros que possam ser compensados tal como previstos pela IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação. As novas divulgações também se aplicam a instrumentos financeiros que estão sujeitos a acordos principais de compensação ou outros acordos similares independentemente de os mesmos serem compensados de acordo com o previsto na IAS 32.

As alterações à IFRS 1 são aplicáveis para os exercícios iniciados em/ou após 1 de Janeiro de 2013. A emenda à IFRS 7 deverá ser aplicável retrospectivamente de acordo com a IAS 8. Contudo se a entidade decidir aplicar esta alteração da IAS 32 antecipadamente deve aplicar conjuntamente as divulgações previstas na IFRS 7.

Da aplicação desta alteração à norma não são esperados impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

IFRS 9 Instrumentos financeiros (Revisão)

Introduz novos requisitos de classificação e mensuração de activos e passivos financeiros. A primeira fase da IFRS 9 - Instrumentos financeiros aborda a classificação e mensuração dos activos e passivos financeiros. O IASB continua a trabalhar e a discutir os temas de imparidade e contabilidade de cobertura com vista à revisão e substituição integral da IAS 39. A IFRS 9 aplica-se a todos os instrumentos financeiros que estão no âmbito de aplicação da IAS 39.

As principais alterações são as seguintes:

a) Activos financeiros:

Todos os activos financeiros são mensurados no reconhecimento inicial ao justo valor.

Os instrumentos de dívida podem ser mensurados ao custo amortizado subsequentemente se:

- a opção pelo justo valor não for exercida;
- o objectivo da detenção do activo, de acordo com o modelo de negócio, é receber os cash-flows contratualizados; e
- nos termos contratados os activos financeiros irão gerar, em datas determinadas, cash-flows que se consubstanciam somente no pagamento de reembolso de capital e juros relativos ao capital em dívida.

Os restantes instrumentos de dívida são mensurados subsequentemente ao justo valor.

Todos os investimentos financeiros de capital próprio são mensurados ao justo valor através da Demonstração de Rendimento Integral ou através de ganhos e perdas. Cada um dos instrumentos financeiros de capital próprio deve ser mensurado ao justo valor através de:

- (i) Demonstração de Rendimento integral; ou
- (ii) ganhos e perdas (os instrumentos financeiros de capital próprio detidos para negociação devem ser mensurados ao justo valor com as respectivas variações sempre reconhecidas através de ganhos e perdas)

b) Passivos financeiros:

As diferenças no justo valor de passivos financeiros através da Demonstração de Rendimento Integral ou através de ganhos e perdas que resultem de alterações no risco de crédito da entidade devem ser apresentadas na Demonstração de Rendimento Integral. Todas as restantes alterações devem ser registadas em ganhos e perdas excepto se a apresentação das diferenças no justo valor resultantes do risco de crédito do passivo financeiro forem susceptíveis de criar ou aumentar uma descompensação significativa nos resultados do período.

Todas as restantes regras de classificação e mensuração relativamente a passivos financeiros existentes na IAS 39 permanecem inalteradas na IFRS 9 incluindo as regras da separação de derivados embutidos e o critério para ser reconhecidos ao justo valor por ganhos e perdas.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em/ou após 1 de Janeiro de 2015. A aplicação antecipada é permitida desde que devidamente divulgada. A aplicação das disposições relativas aos passivos financeiros pode ser também antecipada desde que em simultâneo com as disposições relativas aos activos financeiros.

A Companhia antecipa que esta norma terá impactos relevantes os quais ainda não foram razoavelmente estimados.

IFRS 12 Divulgação de participações em outras entidades (Revisão)

A IFRS 12 Divulgação de participações em outras entidades estabelece o nível mínimo de divulgações relativamente a investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos.

Esta norma inclui, por isso, todas as divulgações que eram obrigatórias nas IAS 27 Demonstrações financeiras consolidadas e separadas referentes às contas consolidadas, bem como as divulgações obrigatórias incluídas na IAS 31 Interesses em empreendimentos conjuntos e na IAS 28 Investimentos em associadas, para além de novas informações adicionais.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em/ou após 1 de Janeiro de 2013, podendo ser antecipada desde que a entidade aplique simultaneamente a IFRS 10, IFRS 11, IAS 27 (revista em 2011) e IAS 28 (revista em 2011). A aplicação é retrospectiva.

Da aplicação desta alteração à norma não são esperados impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

IFRS 13 Mensuração do justo valor (Revisão)

A IFRS 13 estabelece uma fonte única de orientação para a mensuração do justo valor de acordo com as IFRS. A IFRS 13 não indica quando uma entidade deverá utilizar o justo valor, mas estabelece uma orientação de como o justo valor deve ser mensurado quando o mesmo é permitido ou requerido.

O justo valor é definido como o “preço que seria recebido para vender um activo ou pago para transferir um passivo numa transacção entre duas partes a actuar no mercado na data de mensuração”.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em/ou após 1 de Janeiro de 2013, a aplicação antecipada desta norma é permitida desde que divulgada. A aplicação é prospectiva.

Da aplicação desta alteração à norma não são esperados impactos relevantes nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

IAS 27 Demonstrações Financeiras consolidadas e separadas (Revista em 2011)

Com a introdução da IFRS 10 e IFRS 12, a IAS 27 limita-se a estabelecer o tratamento contabilístico relativamente a subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas nas contas separadas.

As alterações à IAS 27 serão aplicáveis para os exercícios iniciados em/ou após 1 de Janeiro de 2013, no entanto a entidade pode antecipar a sua aplicação desde que aplique simultaneamente a IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12 e IAS 28 (revista em 2011). A aplicação é retrospectiva.

Da aplicação desta alteração à norma não são esperados impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

IAS 32 Instrumentos financeiros (Compensação de activos financeiros e passivos financeiros)

A emenda clarifica o significado de “direito legal correntemente executável de compensar” e a aplicação da IAS 32 aos critérios de compensação de sistemas de compensação (tais como sistemas centralizados de liquidação e compensação) os quais aplicam mecanismos de liquidação brutos que não são simultâneos.

O parágrafo 42 a) da IAS 32 requer que “um activo financeiro e um passivo financeiro devem ser compensados e a quantia líquida apresentada no balanço quando, e apenas quando, uma entidade tiver actualmente um direito de cumprimento obrigatório para compensar as quantias reconhecidas”. Esta emenda clarifica que os direitos de compensar não só têm de ser legalmente correntemente executáveis no decurso da actividade normal mas também têm de ser executáveis no caso de um evento de incumprimento e no caso de falência ou insolvência de todas as contrapartes do contrato, incluindo da entidade que reporta. A emenda também clarifica que os direitos de compensação não devem estar contingentes de eventos futuros.

O critério definido na IAS 32 para a compensação de instrumentos financeiros requer que a entidade de reporte pretenda, ou liquidar numa base líquida, ou realizar o activo e liquidar simultaneamente o passivo. A emenda clarifica que só os mecanismos de liquidação pelo valor bruto que eliminam ou resultam em riscos de crédito e liquidez insignificantes em que o processo de contas a receber e a pagar é um único processo de liquidação ou ciclo podem ser, de facto, equivalentes a uma liquidação pelo valor líquido, cumprindo com efeito o critério de liquidação líquido previsto na norma.

Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em/ou após 1 de Janeiro de 2014. A emenda à IFRS 7 deverá ser aplicável retrospectivamente de acordo com a IAS 8. A aplicação antecipada é permitida devendo divulgar este facto e cumprir com as divulgações previstas pela IFRS 7 Divulgações (Emenda) - Compensação de activos financeiros e passivos financeiros.

Da aplicação desta alteração à norma não são esperados impactos nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

Melhorias anuais relativas ao ciclo 2009-2011

Nas melhorias anuais relativas ao ciclo 2009-2011, o IASB emitiu seis emendas a cinco normas cujos resumos se apresentam de seguida:

IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras (Emenda)

Clarifica a diferença entre informação comparativa adicional e informação mínima comparativa. Geralmente, a informação comparativa mínima requerida corresponde ao período comparativo anterior.

Uma entidade deve incluir informação comparativa nas notas às Demonstrações Financeiras quando voluntariamente divulga informação para além da informação mínima requerida. A informação adicional relativa ao período comparativo não necessita de conter um conjunto completo de Demonstrações Financeiras.

Adicionalmente, a Demonstração da Posição Financeira de abertura (terceiro balanço) deve ser apresentado nas seguintes circunstâncias:

- i) quando uma entidade aplica uma política contabilística retrospectivamente ou elabora uma reexpressão retrospectiva de itens nas suas demonstrações financeiras; ou
- ii) quando reclassifica itens nas suas Demonstrações Financeiras e estas alterações são materialmente relevantes para a Demonstração da Posição Financeira. O balanço de abertura deverá ser o balanço de abertura do período comparativo. Todavia, ao contrário da informação comparativa voluntária, não são requeridas notas para sustentar a terceira Demonstração da Posição Financeira.

IAS 16 - Activos fixos tangíveis

Clarifica que sobressalentes e equipamentos de serviço que cumprem com a definição de activos fixos tangíveis devem ser classificados como tal e não são inventários.

IAS 32 - Instrumentos financeiros

Clarifica que o imposto sobre o rendimento que resulte de distribuições a accionistas deve ser contabilizado de acordo com a IAS 12 - Impostos sobre o rendimento.

IAS 34 - Relato financeiro intercalar

Clarifica que os requisitos da IAS 34 relativamente à informação por segmentos para o total de activos e passivos para cada segmento reportável, de forma a melhorar a consistência com a IFRS 8 - Relato por segmentos.

De acordo com esta emenda, o total de activos e passivos para cada um dos segmentos reportáveis só necessita de ser divulgado quando os mesmos são regularmente providenciados aos gerentes de segmento.

As melhorias às IFRS são aplicáveis para os exercícios iniciados em/ou após 1 de Janeiro de 2013, podem ser aplicadas antecipadamente desde que devidamente divulgadas. A aplicação é retrospectiva.

Guia de aplicação para as IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12

Clarifica algumas disposições transitórias das IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12.

Este guia de aplicação será aplicável para os exercícios iniciados em/ou após 1 de Janeiro de 2013 podendo ser antecipado se a entidade aplicar a IFRS 10, IFRS 11, IFRS 12 antecipadamente.

Anexo 1								
CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço *	
							unitário	Total
	1 - TÍTULOS DE EMPRESAS DO GRUPO E ASSOCIADAS							
	1.1 - Títulos Nacionais							
	1.1.1 - Partes de capital em filiais							
	1.1.2 - Partes de capital em associadas							
921 074 194 651	E.A.-Serviços de Assistência Personalizados,S.A.	49.950	5	100%	5,00	249.750	5,00	249.750
971 052 990 451	Ponte Alta-SGPS Unipessoal,Lda	-	400.000	100%	400.000,00	400.000	400.000,00	400.000
	sub-total	49.950				649.750		649.750
	total	49.950				649.750		649.750
	2 - OUTROS							
	2.1 - Títulos Nacionais							
	2.1.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.1.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
PTYESPLM0000	ES-MONETARIO-FT	188.188	1		7,34	1.381.967	7,37	1.386.851
	sub-total	188.188				1.381.967		1.386.851
	sub-total	188.188				1.381.967		1.386.851
	2.1.2 - Títulos de dívida							
	2.1.2.3 - De outros emissores							
XS0843939918	PORTEL5.875 12-04/18	300.000	1		0,99	298.381	1,04	313.387
XS0586598350	ELEPOR5.875 11-02/16	235.000	1		1,00	234.209	1,11	261.146
PTBESWOM0013	BESPL 5.875 12-11/15	100.000	1		0,99	98.779	1,04	103.671
	sub-total	635.000				631.369		678.204
	sub-total	635.000				631.369		678.204
	total	823.188				2.013.336		2.065.055
	2.2 - Títulos estrangeiros							
	2.2.1 - Instrumentos de capital e unidades de participação							
	2.2.1.3 - Unidades de participação em fundos de investimento							
LU0091443829	ES-EUROPEAN EQ EUR	15.763	1		82	1.299.999	81,19	1.279.822
LU0181996454	FRANK TEMP ASIA-I AC	22.910	1		26	604.778	26,50	607.204
LU0296922973	Nova Energia Sicar	11	50.000		53,699	576.405	82,850,75	889.320
	sub-total	38.684				2.481.182		2.776.347
	sub-total	38.684				2.481.182		2.776.347
	2.2.2 - Títulos de dívida							
	2.2.2.1 - De dívida pública							
FI4000047089	RFGB1.625 12-09/22	1.200.000	1		0,99	1.189.048	1,01	1.216.804
DE0001135499	DBR 1.5 12-09/22	1.000.000	1		1,00	1.002.106	1,02	1.021.449
DE0001135457	DBR 2.25 11-09/21	2.230.000	1		1,05	2.332.393	1,10	2.455.395
IT0004809809	CCTS Float 06/15/17	300.000	1		0,96	288.231	1,00	298.966
	sub-total	4.730.000				4.811.777		4.992.614
	2.2.2.2 - De outros emissores públicos							
XS0676294696	EIB 2.75 11-09/2021	1.000.000	1		1,02	1.024.045	1,10	1.102.812
EU000A1G0AK5	EF5F 2 12-05/2017	1.200.000	1		1,00	1.204.235	1,07	1.283.319
EU000A1GV187	EU 2.375 11-10/2018	1.000.000	1		1,03	1.034.226	1,09	1.088.796
XS0832628423	EIB 2.25 12-10/2022	725.000	1		0,99	717.307	1,05	763.069
XS0671138377	COE 2.875 11-08/21	400.000	1		0,99	397.535	1,10	441.796
DE000A1M8B62	KFW 1.875 12-03/2019	1.000.000	1		1,00	998.336	1,07	1.072.592
	sub-total	5.325.000				5.375.684		5.752.384
	2.2.2.3 - De outros emissores							
XS0479528753	BBVASM Float 13	250.000	1		1,00	249.773	1,00	250.186
XS0616562277	SANTAN Float 13	300.000	1		0,99	297.807	1,00	301.269
XS0643300717	RENAUL 3.75 11-07/14	200.000	1		1,02	203.209	1,05	210.057
XS0816704125	PG 2% 12-08/2022	700.000	1		0,99	694.282	1,01	707.236
USN27915AA03	DT 2.25 12-03/17	300.000	1		0,75	226.372	0,78	234.130
XS0465601754	CBA 4.25 09-11/16	500.000	1		1,02	510.797	1,13	565.499
FR0011156017	AUCHAN 3 11-12/2016	400.000	1		1,00	399.584	1,08	431.593
DE000A1MA9K8	MEOGR 3.375 12-03/19	300.000	1		1,02	307.332	1,09	327.241
FR0011289222	GSZFP 1.5 12-07/17	500.000	1		1,00	498.632	1,02	510.980
XS0789283792	AALLN 2.75 12-06/19	250.000	1		0,99	247.497	1,04	260.456
XS0747743937	BPLN 2.177 12-02/16	500.000	1		1,00	500.006	1,06	529.643
XS0811603090	EVEVRV 3.25 12-08/18	300.000	1		0,99	298.325	1,05	314.531
US111021AC69	BRITEL 2 12-06/2015	300.000	1		0,77	231.745	0,78	233.168
XS0802756501	SOCGEN2.375 12-07/15	400.000	1		0,99	399.721	1,04	417.431
XS0842560640	LANSNA2.875 12-10/16	300.000	1		1,00	298.779	1,02	307.316
XS0729046051	BMW 2.125 12-01/15	600.000	1		1,00	599.298	1,05	629.714
XS0747205101	WSTP 2.125 12-02/16	400.000	1		1,00	399.620	1,07	426.356
FR0011274026	ACFP 2.875 12-06/17	200.000	1		0,99	197.383	1,05	210.162
XS0758419658	HEIANA 2.5 12-03/19	250.000	1		0,99	248.369	1,07	267.564
XS0541454467	GE 2.875 10-09/15	240.000	1		1,00	239.593	1,06	254.235
XS0787510618	PM 2.125 12-05/2019	300.000	1		1,00	298.580	1,05	314.039
FR0011119460	SÜFP 3.5 11-01/19	300.000	1		0,99	298.014	1,14	342.647
XS0731153291	INTNED 4.25 12-01/17	300.000	1		1,00	299.411	1,16	348.210
USG8189YAA22	SINOPE 2.75 12-05/17	500.000	1		0,76	379.120	0,79	395.003
US50066CAE93	KORGAS 2.25 12-07/17	500.000	1		0,82	410.403	0,77	387.126
XS0810720515	CCE 2 12-12/19	300.000	1		0,99	297.294	1,01	301.576
XS0819738492	BNP 2.5 12-08/19	400.000	1		1,00	398.280	1,05	419.566
XS0820869948	KBC 3 12-08/16	300.000	1		1,00	298.974	1,06	318.340
XS0823954580	CARGIL 1.875 12-09/19	300.000	1		1,00	299.884	1,01	303.753
XS0835886598	PETBRA 3.25 12-04/19	300.000	1		0,99	298.409	1,04	312.430
XS0826531120	NESNVX 1.75 12-09/22	400.000	1		0,99	396.800	0,99	397.802
XS0801636571	NDASS 2.25 12-10/17	600.000	1		1,00	597.501	1,05	631.856
FR0011347608	SAGESS 1.75 12-10/19	500.000	1		1,00	497.766	1,03	513.058
XS0832446230	MS 3.75 12-09/17	300.000	1		1,00	299.065	1,08	322.517
XS0229840474	Deutsche Bk 09/22/15	300.000	1		0,95	283.669	0,96	288.802
XS0737858042	NYKREFloat 01/14	275.000	1		1,00	274.193	1,02	279.179
XS0752441930	SYDBDC Float 14	250.000	1		1,00	250.169	1,01	253.594
XS0306644930	ENEL Float 06/14	280.000	1		0,99	277.567	0,97	272.193
XS0627162075	RABOBK Float 05/14	561.000	1		1,00	559.134	1,00	563.020
XS0756438452	DANBNK Float 14	300.000	1		1,00	299.386	1,00	301.179
DE000A1R0TN7	DAIGR 1.75 12-01/20	500.000	1		0,99	497.084	1,00	500.109
XS0853250271	SPAROG 2 12-05/18	500.000	1		1,00	498.150	1,02	509.808
XS0857215346	XTALN 2.375 12-11/18	300.000	1		1,00	298.836	1,00	301.165
US63307AAA34	NACN 1.45 12-11/17	500.000	1		0,78	390.651	0,76	378.265

CÓDIGO	IDENTIFICAÇÃO DOS TÍTULOS DESIGNAÇÃO	Quantidade	Montante do valor nominal	% do valor nominal	Preço médio de aquisição	Valor total de aquisição	Valor de balanço *	
							unitário	Total
USG4690AAA54	HUWHY 2 12-11/17	575.000	1		0,78	448.759	0,76	436.592
XS0866278921	CAFP 1.875 12-12/17	300.000	1		1,00	298.844	1,00	300.455
US458140AL48	INTC 1.35 12-12/17	470.000	1		0,77	362.998	0,76	356.220
XS0245166367	Ge Cap Eur Fund /16	500.000	1		0,98	490.120	0,98	489.979
	sub-total	18.101.000				17.346.467		17.927.249
	sub-total	28.156.000				27.533.929		28.672.248
	total	28.194.684				30.015.111		31.448.594
	3 - TOTAL GERAL	29.067.822				32.678.197		34.163.400

* Inclui o valor dos juros decorridos

DESENVOLVIMENTO DA PROVISÃO PARA SINISTROS RELATIVA A SINISTROS OCORRIDOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES E DOS SEUS REAJUSTAMENTOS (CORRECÇÕES)

Valores em euros

Anexo 2

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Provisão para sinistros em 31/12/N-1 ** (1)	Custos com sinistros * montantes pagos no exercício (2)	Provisão para sinistros * em 31/12/N (3)	Reajustamentos (3)+(2)-(1)
VIDA	-	-	-	-
NÃO VIDA				
ACIDENTES E DOENÇA	-	-	-	-
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	-	-	-	-
AUTOMÓVEL				
-RESPONSABILIDADE CIVIL	-	-	-	-
-OUTRAS COBERTURAS	-	-	-	-
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	-	-	-	-
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	-	-	-	-
CRÉDITO E CAUÇÃO	-	-	-	-
PROTECÇÃO JURÍDICA	761.386	442.940	332.660	14.214
ASSISTÊNCIA	3.806.684	3.316.863	837.451	347.631
DIVERSOS	66.964	24.126	-	(42.838)
TOTAL	4.635.034	3.783.929	1.170.111	319.006
TOTAL GERAL	4.635.034	3.783.929	1.170.111	319.006

NOTAS:

* Sinistros ocorridos no ano N-1 e anteriores

** Este valor não inclui a Provisão para custo de gestão de sinistros no montante de 370.803 euros

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Montantes pagos - - prestações (1)	Montantes pagos - custos de gestão de sinistros imputados (2)	Varição da provisão para sinistros (3)	Custos com sinistros (4)=(1)+(2)+(3)
SEGURO DIRECTO				
ACIDENTES E DOENÇA	1.850	1.356	795	4.001
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	-	-	-	-
AUTOMÓVEL				
- RESPONSABILIDADE CIVIL	-	-	-	-
- OUTRAS COBERTURAS	-	-	-	-
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	-	-	-	-
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	-	-	-	-
CRÉDITO E CAUÇÃO	-	-	-	-
PROTECÇÃO JURÍDICA	80	87	(6)	161
ASSISTÊNCIA	1.448.524	1.069.083	(72.160)	2.445.446
DIVERSOS	493.159	8.407	19.813	521.379
TOTAL	1.943.612	1.078.933	(51.558)	2.970.987
RESSEGURO ACEITE	26.293.509	9.710.396	1.814.848	37.818.753
TOTAL GERAL	28.237.121	10.789.328	1.763.290	40.789.740

RAMOS/GRUPOS DE RAMOS	Prémios brutos emitidos	Prémios brutos adquiridos	Custos com sinistros brutos*	Custos de exploração brutos*	Saldo de resseguro
SEGURO DIRECTO					
ACIDENTES E DOENÇA	5.005	5.701	4.001	452	2.241
INCÊNDIO E OUTROS DANOS	-	-	-	-	-
AUTOMÓVEL					
- RESPONSABILIDADE CIVIL	-	-	-	-	-
- OUTRAS COBERTURAS	-	-	-	-	-
MARÍTIMO, AÉREO E TRANSPORTES	-	-	-	-	-
RESPONSABILIDADE CIVIL GERAL	2.494	2.555	-	421	(1.922)
CRÉDITO E CAUÇÃO	-	-	-	-	-
PROTECÇÃO JURÍDICA	2.489	2.329	161	598	-
ASSISTÊNCIA	3.138.306	3.432.412	2.445.446	640.040	(16.230)
DIVERSOS	943.050	610.572	521.379	82.754	(46.825)
TOTAL	4.091.344	4.053.569	2.970.987	724.264	(62.736)
RESSEGURO ACEITE	48.304.244	47.350.236	37.818.753	7.331.796	-
TOTAL GERAL	52.395.588	51.403.805	40.789.740	8.056.060	(62.736)

NOTAS:

* Sem dedução da parte dos resseguradores

Certificação Legal das Contas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas de Europ Assistance - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A. ("Companhia"), as quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2012 (que evidencia um total de activo de 50.052.760 Euros e um total de capital próprio de 15.004.973 Euros, incluindo um resultado líquido de 2.797.475 Euros), a Demonstração de Ganhos e Perdas, as Demonstrações do Rendimento Integral, de Variações nos Capitais Próprios e dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e as correspondentes Notas e Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Companhia, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as variações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

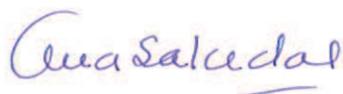
7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira de Europ Assistance - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A., em 31 de Dezembro de 2012, o resultado e o rendimento integral das suas operações, as variações no seu capital próprio e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para o sector segurador em Portugal, estabelecidos pelo Plano de Contas aprovado pela Norma Regulamentar nº 4/2007 de 27 de Abril e respectivas alterações subsequentes.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de Gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 8 de Fevereiro de 2013

Ernst & Young Audit & Associados - SROC, S.A.
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (nº 178)
Representada por:



Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto (ROC nº 1230)

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Exmos. Senhores Accionistas da

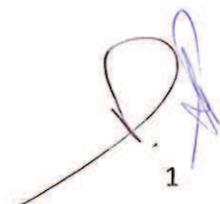
EUROP ASSISTANCE – COMPANHIA PORTUGUESA DE SEGUROS, S.A.,

De acordo com as disposições legais – alínea g) do n.º 1 do artigo 420.º, do Código das Sociedades Comerciais – e estatutárias aplicáveis, o Conselho Fiscal vem submeter à apreciação de V. Exas., o seu Relatório e dar Parecer sobre os documentos de prestação de contas individuais, os quais compreendem a Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração de Ganhos e Perdas, as Demonstrações de Rendimento Integral, de Variações no Capital Próprio e dos Fluxos de Caixa, bem como os correspondentes Anexos e Notas, apresentados pelo Conselho de Administração da sociedade EUROP ASSISTANCE – COMPANHIA PORTUGUESA DE SEGUROS, S.A. (doravante, abreviadamente, EA ou Sociedade), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.

No desempenho das suas funções, o Conselho Fiscal acompanhou detalhadamente, durante o exercício de 2012, de forma regular, pormenorizada e no âmbito das competências que lhe foram confiadas, o funcionamento da Sociedade, tendo designadamente, realizado reuniões pontuais, com membros do Conselho de Administração, sempre que aquelas se afiguraram pertinentes, e apreciado as contas e os actos de gestão mais relevantes, realizados no exercício.

Cumprе relevar o notório empenho e a disponibilidade e colaboração patenteadas pelo Conselho de Administração, bem como pela Direcção Financeira, que prestaram, sem excepção, todos os esclarecimentos e informações solicitados pelo Conselho Fiscal, respondendo de forma cabal, a todas as questões que foram suscitadas, ao longo do período.

Num contexto de deterioração da economia portuguesa em geral e, em particular, da actividade seguradora, a EA manteve, em 2012, a posição de liderança do mercado de assistência em Portugal.



1



Apesar das significativas quebras verificadas no segmento da produção de seguro directo, a Sociedade registou 52,4 milhões de euros, de prémios brutos emitidos, o que representa apenas um ligeiro decréscimo, na ordem dos 1,4%, face ao período homólogo.

Ainda assim, o resultado líquido do período ascendeu a 2.797 milhares de euros, traduzindo um crescimento homólogo superior a 60%. Este crescimento é, em parte, resultado do esforço de contenção de gastos e de optimização de recursos, levado a efeito na Sociedade.

A política de investimentos foi novamente caracterizada, por grande conservadorismo, em resultado da enorme volatilidade dos mercados financeiros. A EA procurou, em 2012, oportunidades para obter boas rendibilidades, tendo sempre em atenção o nível de risco associado. Nesta conformidade, não houve exposição a acções e, voltou-se a privilegiar posições em títulos de dívida pública, com predominância da alemã.

Ao nível dos recursos humanos, verificou-se uma adaptação dos quadros de colaboradores às necessidades da actividade, tendo o número médio de trabalhadores crescido ligeiramente, face a 2011 (311) cifrando-se agora nos 335, ainda que, no final do exercício, apresente um total de 327 colaboradores, número inferior ao do ano anterior (339).

No âmbito das nossas funções, foram efectuadas as verificações consideradas pertinentes e adequadas. Examinámos a Demonstração da Posição Financeira em 31 de Dezembro de 2012, a Demonstração de Ganhos e Perdas, a Demonstração de Rendimento Integral, a Demonstração de Variações no Capital Próprio e a Demonstração dos Fluxos de Caixa, bem como os correspondentes Anexos e Notas.

Adicionalmente, procedemos a uma análise do Relatório de Gestão do exercício de 2012, documento preparado oportunamente pelo Conselho de Administração, constatando que o mesmo obedece às disposições legais e estatutárias aplicáveis e aprofunda os aspectos mais relevantes que caracterizaram a actividade da empresa no exercício.

Apreciámos igualmente, nos termos do n.º 1 do artigo 452.º do Código das Sociedades Comerciais, a Certificação de Legal das Contas Individuais, relativa ao exercício de 2012, datada de 8 de Fevereiro de 2013, emitida sem reservas pela Senhora Dr.ª Ana Rosa Ribeiro Salcedas Montes Pinto, Revisor Oficial de Contas, representante da Ernst & Young Audit & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A..



2

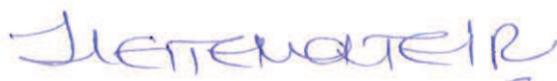
Os documentos de prestação de contas individuais, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas Individuais, com cujo conteúdo concordamos, possibilitam uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da EA e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Ademais, os critérios valorimétricos utilizados merecem também a nossa concordância.

Como resultado das acções de fiscalização exercidas, somos de Parecer que sejam aprovados o Relatório de Gestão, bem como a Demonstração da Posição Financeira, a Demonstração de Ganhos e Perdas e o correspondente Anexo, tal como apresentados pelo Conselho de Administração e relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2012.

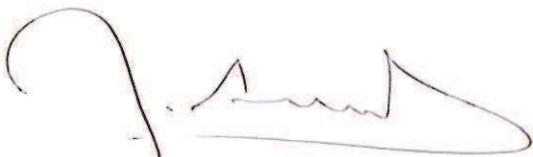
O Conselho Fiscal entende, por último, manifestar, uma vez mais, o seu agradecimento ao Conselho de Administração e à Direcção Financeira, pela colaboração que foi prestada no desempenho das suas funções.

Lisboa, 14 de Fevereiro de 2013

O CONSELHO FISCAL



José Favila Vieira Leite Monteiro – Presidente



João Alberto Monarca Pires – Vogal



Adelaide Odete Santos Botelho Passos – Vogal



Europ Assistance Portugal

Av. Columbano Bordalo Pinheiro 75, 10º andar
1070-061 Lisboa

www.europ-assistance.pt